

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início à Sessão da Assembleia Municipal. Hoje a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, não vai estar presente e, por isso, convido a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa para exercer as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

Antes de fazermos a chamada, vamos dar posse ao Sr. Deputado António Jorge Pinto da Cunha Caetano, eleito pela lista do CDS-PP, que irá preencher a vaga decorrente do pedido de renúncia ao mandato do Sr. Deputado Rodrigo André Sousa Marques, nos termos do n.º 4, do artigo 76.º e do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

Quero agradecer a participação do Sr. Deputado Rodrigo André Sousa Marques nesta Assembleia Municipal e dizer que é um jovem de valor.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos.

Também a Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também o Sr. Deputado Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Clara Margarida da Fonseca Dias não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pela Dra. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra.

Igualmente o Sr. Deputado Eng. Rafael Sousa Costa não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Carlos Manuel Mendes Castanheira, não está presente e foi substituído pela Tesoureira da Junta, Sra. Joana Cristina da Costa Alves.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Nuno Gonçalo Mendes Santos, não está presente e foi substituído pelo tesoureiro da Junta, Sr. Rui Miguel de Almeida Pereira.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara em substituição da Dra. Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, e o Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.”

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 331.264,00 € (trezentos e trinta e um mil duzentos e sessenta e quatro euros) às Freguesias do Município, no

quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 18.000,00 € (dezoito mil euros) às freguesias de Lagares da Beira, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, Travanca de Lagos e a União de Freguesias de Penalva de Alva e S. Sebastião da Feira, à razão de 3.000,00 € (três mil euros) cada, para instalação de “Espaços Cidadão”.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta de alteração ao “Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital”.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos no disposto do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta de “Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital”.

V a) - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para representação das Freguesias do Município, nos termos e para os efeitos no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), da proposta de segundo aditamento à atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos Trabalhadores Integrados na Carreira Geral de Assistente Operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da Prestação de Contas do Ano de 2023, constituídas pelo Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Demonstrações Orçamentais.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Município de Oliveira do Hospital do Ano de 2023.

IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

da proposta de 1.^a Revisão às Grandes Opções do Plano, ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2024.

Para conhecimento:

- Cesab-Centro de Serviços do Ambiente: Relatório e contas do exercício de 2023;
- Águas do Vale do Tejo, S.A.: Relatório e contas do exercício de 2023.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia quero parabenizar o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Rolo, e o seu Executivo pela realização da Feira do Queijo de Oliveira do Hospital. Acho que foi um grande acontecimento e continua a demonstrar uma vitalidade e uma dimensão enorme.

Quero também associar-me às nossas comemorações do 25 de Abril porque é um dia demasiado importante na nossa democracia e quero dar os parabéns a todos os intervenientes porque é importante recordar o dia 25 de Abril.”

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra à Sra. Deputada Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra que fez a seguinte intervenção:

“Antes de começar a minha intervenção gostaria apenas de congratular o dia de ontem, apesar de não ter estado presente nas comemorações do 25 de Abril nesta Assembleia porque me encontrava na marcha de Coimbra, mas não poderia deixar de congratular o dia bonito que se viveu aqui e que consegui acompanhar à distância.

Hoje não vamos voltar a falar da Casa da Cultura, como disse na última Assembleia de dois mil e vinte e três, e com a promessa do Sr. Presidente da Câmara Municipal que era para o ano de dois mil e vinte e quatro, e ainda temos tempo para cumprir!

Venho falar-vos de infraestruturas e espaços de lazer: Aproxima-se, como todos sabem, a época do Verão e todos os nossos munícipes e não só recorrem aos espaços verdes e demais infraestruturas públicas que dão obviamente dinamismo ao Concelho, contribuem para a saúde física e mental enquanto espaços de socialização de qualidade com crianças, família e grupos

de amigos. Com mais um verão que se avizinha e ainda se verificam graves insuficiências nos espaços que Oliveira do Hospital tem para oferecer. Ora vejamos: O Parque do Mandanelho, o pulmão do Concelho de Oliveira do Hospital, mesmo no centro da cidade, ainda não tem estruturas para que uma família possa aproveitar uma longa tarde e tem de recorrer aos serviços na proximidade. Portanto deixo aqui a sugestão para se fazer um estudo sobre a possibilidade de se criarem no Parque do Mandanelho espaços com assadores e restantes serviços. O Café Central serve de apoio ao Parque Infantil ali situado e que é um espaço muito agradável mas está fechado há cinco anos e já se fizeram exposições e momentos culturais, todos muito agradáveis, mas acaba por não servir o seu verdadeiro propósito de usufruirmos daquele espaço. E não apenas isso porque para além do apoio ao Parque Infantil, nomeadamente com os sanitários, quando chove e se vai àquela parque com crianças ou temos que ir para casa mais cedo ou as crianças têm que utilizar os espaços públicos das proximidades.

Já foi várias vezes questionado, aqui e na reunião de Câmara Municipal, ao Executivo sobre o futuro do Café Central e pedia uma resposta concreta e como é que será neste Verão, e como é que será nos próximos verões, o aproveitamento deste espaço que tanta falta nos faz?

Por último quero falar no Parque dos Marmelos: Mais uma infraestrutura do nosso Concelho, mais um espaço, e tão bonito que está, mas que neste momento está fechado. É um espaço sem utilização que está bonito e tem um anfiteatro e nós desejamos que tenham programas para aproveitar neste verão.

Questiono também, porque após relatos da cedência deste espaço para festas de aniversário, qual é o regulamento dos critérios utilizados.

Em suma, e para concluir, mais um verão que irá iniciar sem conseguirmos utilizar os espaços no nosso Concelho e que são necessidades básicas para os nossos munícipes. É imperativo tirar o maior partido possível dos espaços que temos e deixar de aprovar empreitadas.

Espero não estarmos perante uma morte anunciada de uma cidade que não consegue dar utilidade aos espaços que tem ao seu dispor ou que estejamos perante um Executivo que não teve qualquer capacidade de fazer a gestão dos próprios espaços.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Jorge Marques Figueiredo que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais gostaria de salientar o excelente dia que ontem aqui se passou com uma cerimónia bonita e com grande significado.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, visitei a Zona Industrial para contactar uma empresa e tive a oportunidade de ver *in loco* a operação de limpeza de uma faixa de gestão de combustível à volta da Zona Industrial.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, tenho que lhe dar os parabéns pelo óptimo trabalho realizado pela Câmara Municipal. Acho que é uma óptima medida e uma ótima barreira contra os incêndios. É uma excelente medida positiva. Parabéns pelo trabalho feito!

Quero também felicitar o Sampaense Basquete pela manutenção na Liga Nacional. Quero dar os parabéns à sua direcção, presidida pela Sra. Sónia Veloso, e saudar a manutenção, o trabalho, a dedicação dos jogadores e de toda a equipa técnica, liderada pelo Sr. Cláudio Figueiredo. Parabéns à sua direcção e a todos os membros e pessoas que compõem aquela grande equipa e a Instituição que é o Sampaense Basquete e que demonstra bem o que de bom se faz no desporto no Concelho de Oliveira do Hospital.

De seguida tenho uma proposta para colocar à consideração desta Assembleia Municipal: Proposta de atribuição de marco que assinale os 50 anos do 25 de Abril - No ano em que assinalamos o cinquentenário da Revolução dos Cravos, aquele “*dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da morte e do silêncio*”, como tão bem descreveu Sophia.

Aquele dia que nos libertou das amarras da ditadura, da opressão, da censura, das torturas e mortes da PIDE. Aquele dia que nos devolveu a Liberdade e a Democracia, faz todo o sentido deixar assinalado na nossa cidade esse marco histórico e tão importante.

Uma das conquistas de Abril foi um poder autárquico livre e democrático que nos permite estar aqui, hoje, neste Salão Nobre. É, pois, de todo justo e merecido, o Poder Autárquico de Oliveira do Hospital, deixar uma marca dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Assim, face ao exposto, proponho que seja atribuída/colocada uma marca na toponímia, como por exemplo, numa avenida, numa praça, numa rua, ou outro tipo de marca, na cidade de Oliveira do Hospital.

Obviamente que esta é uma proposta que está aberta à subscrição de quem a quiser subscrever.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Pergunto se algum Deputado Municipal se quer pronunciar sobre esta proposta.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta faz todo o sentido. Acho que, nos 50 anos das comemorações do 25 de Abril, a cidade de Oliveira do Hospital deve ter um marco que sinalize esse acontecimento, que foi importante para todos nós e para aqueles que viveram antes do 25 de Abril mas também para as novas gerações que na consequência desse ato hoje têm uma condição de vida completamente diferente, não será a ideal porque nós ambicionamos sempre mais, e para isso é que existe a democracia, é para haver debates, mas a verdade é que temos direito a manifestar o nosso entendimento e esta data é um marco importante.

Concordo com a proposta, é uma proposta aberta a todas as forças políticas. O Partido Socialista está aberto para que todas as forças políticas subscrevam esta proposta.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“O PSD também se associa à proposta feita. É claro que o 25 de Abril não pode ser esquecido. As palavras que ouvimos durante as comemorações do 25 de Abril foram precisamente que tínhamos que mante-lo porque estamos em risco de perdermos aquilo que conseguimos conquistar, e que foi a liberdade.

Acho que nos cabe a todos preservar aquilo que são os princípios do 25 de Abril e passá-los para as novas gerações porque quem não dá valor ao 25 de Abril não consegue dar valor àquilo que é a liberdade. Portanto o PSD associa-se também à proposta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Jorge Pinto da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“O CDS-PP faz parte de uma Coligação e nesse sentido quero dizer o seguinte: Tivemos o congresso na semana transata e eu tive a oportunidade de fazer uma curta entrevista de cinco minutos e de ser congratulado por um elemento importante e antigo do PS local a dizer-me o seguinte: Ainda bem que o CDS-PP voltou para a Assembleia da República e ainda bem que vocês repuseram o comemorar do 25 de Abril porque se não existisse o 25 de novembro hoje não havia 25 de Abril.

Portanto, eu voto a favor desta proposta mas gostaria de propor também que fosse homenageado o 25 de novembro.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Estamos aqui com uma proposta concreta e também devemos ouvir as Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia onde isso for feito e também ouvir a Comissão da Toponímia e, por isso, deixamos esta proposta em aberto para mais tarde a discutirmos aqui nesta Assembleia Municipal.

O Sr. Deputado António Jorge Pinto da Cunha Caetano tem toda a legitimidade para fazer as propostas que entender mas agora estamos a debater uma proposta para o 25 de Abril e, por isso, o Sr. Deputado António Jorge Pinto da Cunha Caetano terá a oportunidade numa nova Sessão da Assembleia Municipal de apresentar uma proposta concreta para ser votada. Dizer-vos ainda que sobre isso tenho uma opinião formada. O 25 de Abril de 1974 devolveu-nos a liberdade e não tenho a mesma opinião em relação ao 25 de novembro mas estamos num espaço democrático, e para isso é que se fez Abril, e podemos discutir as nossas divergências e as formas de pensar diferente com toda a liberdade e defendermos as nossas convicções e ideias.

Passaríamos à votação da proposta de atribuição de marco que assinale os 50 anos do 25 de Abril e proponho que seja subscrita pelo PSD, pelo CDS-PP e pela CDU, as três forças políticas aqui representadas, e faremos uma próxima discussão para decidirmos qual será o tipo de monumento para assinalar os 50 anos do 25 de Abril.”

Efetuada a votação, a proposta de atribuição de marco que assinale os 50 anos do 25 de Abril, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Na última Sessão da Assembleia Municipal apresentei uma preocupação não só da Freguesia de Lourosa mas também da nossa Freguesia vizinha de Covas e Vila Nova de Oliveirinha relativamente a um abaixo-assinado que circulava nas populações das duas Freguesias relacionado com a segurança na Estrada Nacional 17, nomeadamente no cruzamento da Venda da Esperança.

Quero aqui agradecer porque fomos convocados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal que providenciou uma reunião com o Sr. Gestor Regional de Viseu/Coimbra e conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua e o Sr. Presidente da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha em que o Sr. Presidente manifestou essa preocupação e foi porta-voz dessa preocupação dos dois Municípios relativamente à possível colocação de semáforos e também de passadeiras naquela zona que tem vários perigos para quem ali circula e para quem ali vive. Muito obrigado Sr. Presidente da Câmara Municipal, em nome da Freguesia de Lourosa e da União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, por ter promovido esta reunião.

Hoje trago outra questão que também preocupa a Freguesia e que ter a ver com os prejuízos municipais, nomeadamente duas situações que foram identificadas na localidade de Pinheirinho: Uma tem a ver com uma casa que fruto das intempéries se encontra devoluta e com sérios riscos e outra tem a ver com um muro que caiu com o mau tempo.

Quero questionar qual é o ponto de situação destas duas obras.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de trazer aqui alguns pontos que têm sido questionados nas reuniões da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

O primeiro ponto refere-se às Levadas e gostaria, se houvesse possibilidade, de solucionar esta situação. É um caminho público que está obstruído e não ter qualquer segurança e teremos que unir esforços para resolver esta situação.

Em Santa Ovaia, junto da Praça da Rotunda do Arguina, existe um Marco Geodésico. Este Marco Geodésico confina com um espaço que é público e foi alvo de uma intervenção mas está quase descalço e preocupa-me o facto de supostamente existir ali um perímetro que não se possa intervir e até poderei enviar umas fotografias. Gostaria de resolver esta situação ou encaminhá-la a quem a tutela para termos respostas.

Uma das questões que tem sido amplamente falada nas nossas Assembleias de Freguesia é que não se vislumbram as máquinas para a manutenção dos caminhos florestais e, por isso, agradecia que quando houvesse essa possibilidade as máquinas eram bem-vindas, até porque depois, juntamente

com os Serviços Municipais, também poderei articular com os nossos funcionários para que possam acompanhar os funcionários da Câmara Municipal e os respetivos equipamentos.

Outra situação é a execução do saneamento na União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, e venho pedir auxílio para que possamos com alguma brevidade resolver situações nomeadamente na Rua das Laranjeiras, Rua das Flores, e outras situações.

Uma das questões que também é falada na Assembleia de Freguesia é referente à pavimentação do caminho que liga Santa Ovaia com Vila Pouca da Beira. É uma obra que faria todo o sentido. Sei que é uma obra que envolve custos e planeamento mas acho que seria sem dúvida uma empreitada a ser executada porque não só dignificava Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira mas ao mesmo tempo irá motivar a quem quiser investir na nossa União de Freguesias porque aquela zona tem todas as condições para que isso aconteça.

Por último referir o seguinte: Em Santa Ovaia, junto da Praça do Arguina, os caixotes do lixo estão colocados numa curva, e é uma situação que me preocupa, e teremos que avaliar a possibilidade de os colocar em outro local e que não coloque a vida das pessoas em risco.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, gostava de o informar que enviámos um *mail* às Infraestruturas de Portugal para nos informarem de quando previam fazer a manutenção das bermas da Estrada Nacional 17 e foi-nos dito que prevê-se até ao final do terceiro trimestre e venho pedir algum auxílio para que possamos juntar esforços e tentar perceber se conseguimos que as limpezas sejam feitas no final do segundo trimestre.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Trazia aqui duas questões, e uma delas já foi abordada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, e que tem a ver com a questão das intempéries. Há um conjunto de danos que ocorreram na minha União de Freguesias e esperamos já há algum tempo por intervenções. Queria questionar se o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos pode dar informações sobre esta matéria.

Depois, questionar também e pedir ajuda para o seguinte: Fizemos uma reunião na semana passada relativamente à questão da preparação das Praias

Fluviais. Na nossa Freguesia nós temos o cuidado de as preparar atempadamente para que as pessoas possam usufruir desse espaço.

Temos um problema que já é recorrente há vários anos e, como já tenho alguma experiência, prevejo que este ano, devido à quantidade de precipitação que ocorreu, a montante das barragens da Serra sejam feitas descargas que vão prejudicar as intervenções que vamos fazer. Já questionámos várias entidades sobre quem é que regula e faz a gestão do caudal do Rio Alva e do Rio Alvôco e não conseguimos obter resposta e, por isso, solicito a ajuda do Município.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Venho falar sobre o IC6, fazer, aqui, só um breve historial do que tem sido este processo: Como sabem, desde o ano de dois mil e nove que o Executivo desta Câmara Municipal, na altura presidido pelo Prof. José Carlos Alexandrino, tem encetado uma luta constante pelo prolongamento do IC6, e que viesse até Oliveira do Hospital, ou até mais longe. Portanto, isto tem sido uma luta durante todos estes anos e, mais recentemente, também foi desenvolvida pelo Dr. José Francisco Rolo, sempre em colaboração com o Prof. José Carlos Alexandrino, como Ex-Presidente da Câmara Municipal e também como Deputado, e tivemos, aqui, vários entraves, e não vamos isentar também alguma coisa do Partido Socialista em determinado período.

Em 2014 tivemos a visita do Sr. Ministro Sérgio Monteiro que, na altura, era o Secretário de Estado do Dr. Paços Coelho, e que disse que não havia capacidade orçamental para a execução do IC6.

Em janeiro de 2023, numa visita do atual Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro, a Oliveira do Hospital, disse também não se comprometer com a execução do IC6. Claro que o Partido Socialista, que deu todos os paços para o IC6 vir até onde está hoje, continuou nesta senda, em 2021 o Governo do Partido Socialista lançou o concurso para o projeto do IC6. Em 2024, Governo do Partido Socialista adjudicou a elaboração do projeto da continuação do IC6 através das Infraestruturas de Portugal. Mas, para além disso, já em 2024, e isto na sequência de verbas proveniente do leilão do 5G, o Partido Socialista alocou a verba para a execução não só do projeto mas da obra do IC6 até Seia e, isso, realmente dá-nos algum orgulho.

Nesta minha intervenção, e sabendo que todos os Deputados desta Assembleia são de certeza favoráveis à construção do IC6, queria dizer-vos que é um orgulho do Partido Socialista ter já essa obra assegurada. O Partido

Socialista deixou garantida a construção do IC6, o que é para todos nós uma satisfação que se venha a concretizar no mais curto espaço de tempo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Trago duas ou três notas sobre algumas questões. Uma delas é para dizer que foi finalmente inaugurado o Polidesportivo e espaço de lazer de Nogueirinha, uma obra que é de grande valia para a população da Freguesia e particularmente para a população de Nogueirinha. Era importante que houvesse um espaço de lazer que pudesse ser usufruído por toda a população. Foi isso que se conseguiu com o esforço muito grande da Junta de Freguesia que, para além de ter pago os trabalhos a mais do Polidesportivo, suportou na totalidade, com exceção do ajardinamento, toda a despesa de instalação dos aparelhos e dos arranjos.

Também dizer que tudo isso foi feito no âmbito da Feira da Primavera, que continua a ser um evento em que nos preocupamos com a reabilitação da Freguesia e também com ações pedagógicas do ponto de vista ambiental em que mais uma vez tivemos a participação do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, a Escola de Lagares da Beira, e também da EPTOLIVA e que queremos agradecer.

Também recentemente tivemos o privilégio de ter o grupo de música contemporânea, um grupo de músicos com um percurso internacional vastíssimo, e que para nossa satisfação foi um momento extremamente interessante e com uma participação muito grande e grande satisfação também das pessoas. Ceio que devíamos procurar organizar por todas as Freguesias do Concelho, com o apoio do Executivo, iniciativas desta natureza porque a elevação da qualidade de vida das pessoas também passa pela fruição cultural.

Dizer ainda o seguinte: Em colaboração com o Município tivemos o processo de classificação da Laje Grande como Monumento Natural. Hoje recebemos notificação do Instituto Superior, que fez um estudo interessantíssimo sobre a Laje Grande e sobre toda a componente granítica do Concelho, e que remete novamente para o Município a classificação como Património de Interesse Municipal daquele evento. Portanto, nos próximos dias iremos formalizar esse pedido para arranjarmos alguma proteção para aquele monumento único no nosso Concelho.

Referir ainda que os Ecopontos instalados na nossa Freguesia têm provavelmente vinte anos e sempre que é feita a recolha do lixo eles degradam-

se ainda mais e obrigam a um cuidado permanente e, por isso, queria deixar um apelo para encontramos uma candidatura ou um apoio para que os Ecopontos possam ser modernizados e cumpram de forma mais eficiente a sua função.

Referir também a limpeza dos caminhos florestais e dos caminhos vicinais: As condições climatéricas extraordinárias que se verificaram este ano tornaram os caminhos em verdadeiras selvas e é necessário resolver este problema porque as pessoas querem passar nos caminhos para acederem às suas propriedades. Os caminhos são um elemento estruturante da qualidade de vida das populações e, por isso, venho propor que o Executivo considerasse um apoio extraordinário às Freguesias, dado que há incapacidade por parte do Município de limpar os caminhos, para que as Freguesias pudessem intervir nos caminhos.

Trago também uma proposta que passo a ler:

“Quinquagésimo aniversário do 25 de Abril - Homenagem a todos os eleitos dos Órgãos Autárquicos do Concelho de Oliveira do Hospital, que exerceram o mandato desde as primeiras Eleições Autárquicas livres, em dezembro de 1976.

O povo português está a comemorar por todo o País os 50 anos da liberdade e da democracia conquistada com o 25 de Abril de 1974.

Neste espaço de 47 anos, de Poder Local Democrático, todos os eleitos das diferentes forças políticas, nas Juntas e Assembleias de Freguesia, na Câmara e Assembleia Municipal, deram, no exercício dos seus cargos autárquicos, o melhor do seu saber e do seu trabalho, para que as localidades do Concelho tivessem resposta às suas carências essenciais, como a instalação do saneamento básico, a água ao domicílio, a melhoria da rede viária, a construção de equipamentos sociais, culturais e de lazer (escolas, centros e extensões de saúde, lares e centros de dia, sedes para associações, parques de lazer, etc) fundamentais para a significativa elevação do nível de bem-estar da população e a valorização dos territórios alcançado neste período de tempo.

Fiel aos ideais desta data imorredoura na nossa história, que construiu o Poder Local Democrático e a Autonomia Regional, e dessa forma assegurou o direito do povo de decidir sobre os problemas das suas terras e do seu desenvolvimento, a Assembleia Municipal, aprova um voto de louvor a todos os eleitos autárquicos do Concelho de Oliveira do Hospital, que desde as Eleições Autárquicas de dezembro de 1976, exerceram de forma abnegada o seu mandato.

Mais se propõe que seja descerrada uma placa no espaço da Assembleia Municipal que perpetue de forma impressiva essa decisão.” .”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta proposta, efetuada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, é claro que o Partido Socialista se associa a esta proposta mas com um pequeno complemento: Esta proposta refere todos os autarcas eleitos a partir de 1976 mas devemos incluir também os nomeados para as Comissões Administrativas que estiveram de 1974 até 1976 porque será uma forma de honrar essas pessoas.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“O PSD também se junta à proposta do Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, e também aceita o complemento proposto pelo Partido Socialista.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho nada a opor ao complemento da proposta mas há uma questão técnica que devemos considerar porque o Município não tem informação sobre as Comissões Administrativas nas Freguesias.

Esta minha proposta não pretende discriminar os que estiveram entre maio de 1974 e dezembro de 1976.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, deixe-me dizer-lhe o seguinte: Esta é uma proposta que não tem nomes e abrange um todo. Na minha opinião as propostas do PS e do PSD têm sentido porque também foram pessoas que serviram o Concelho e, essas pessoas que foram escolhidas, naquele tempo, eram identificadas como não apoiantes do antigo regime.

Se todos concordarem poderíamos acrescentar ao texto da proposta também um voto de louvor aos nomeados, entre maio de 1974 e dezembro de 1976, para as Comissões Administrativas. Peço ao Presidente da Junta de

Freguesia de Meruge, João Abreu que nos faça chegar uma nova redação da proposta incluindo também os nomeados para as Comissões Administrativas.”

Efetuada a votação, a proposta para atribuição de um voto de louvor a todos os eleitos autárquicos do Concelho de Oliveira do Hospital, que desde as Eleições Autárquicas de dezembro de 1976, exerceram de forma abnegada o seu mandato e também aos nomeados, entre maio de 1974 e dezembro de 1976, para as Comissões Administrativas, foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Queria fazer aqui uma reflexão sobre o dia de ontem, o dia 25 de Abril, e sobre a dimensão do 25 de Abril: Eu vivi plenamente o 25 de Abril. A dimensão do 25 de Abril existiu aqui em Oliveira do Hospital com uma grande entrega, com este Salão Nobre completamente cheio, como também em todo o País. Isto só prova que o 25 de Abril está vivo e que acreditamos neste País.

Queria aqui manifestar esse agrado e a força com que todos nós vivemos o dia de ontem, e desejo que se repita daqui a mais cinquenta anos, e que consigamos manter a liberdade num País que nós adoramos.

Dizer à Sra. Deputada Bárbara Coquim, e não quero pôr em causa o que disse, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal irá responder-lhe, mas não se esqueça da importância das nossas Freguesias e de outros espaços verdes extremamente bonitos no nosso Concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. José Manuel Matias da Cruz, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui duas notas de agradecimento e parabéns a duas instituições da União das Freguesias que represento.

Quero agradecer e parabenizar a equipa do Sampaense Basquete pela forma abnegada como se conseguiram manter na Liga Nacional.

Referir também uma instituição centenária, a Associação do Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, que comemoraram cento e dois anos.

Regozizar também o Festival de Tunas que decorreu na semana passada. Este evento foi realizado em parceria com a Câmara Municipal e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“25 de Abril, sempre! Relativamente a isto quero dizer-vos que há cerca de dois anos, ou dois anos e meio, foi feita uma Assembleia Municipal onde falámos sobre os horários para a realização da Assembleia Municipal. Os Membros desta Assembleia Municipal, eleitos pela Coligação, nenhum deles trabalha na Câmara Municipal e temos que efetivamente sair dos nossos empregos para vir para a Assembleia. Fizemos aqui uma votação para que a Assembleia se realizasse às dezassete horas mas as últimas reuniões da Assembleia Municipal são marcadas para as catorze horas e trinta minutos sem que esta Assembleia tivesse sido ouvida sobre a alteração do horário. Portanto, o 25 de Abril também é isto! Sr. Presidente da Assembleia Municipal, houve muito pouco respeito com a alteração do horário sem sequer informar o motivo dessa alteração.

Depois, referir o seguinte: Passei junto à Casa da Cultura César de Oliveira e vi que andavam funcionários da Câmara Municipal a limpar o alçado posterior e o alçado lateral direito. Tentei perceber o que é que estava a acontecer, ou seja, se o dono da obra tinha passado a subempreiteiro do empreiteiro geral? Sinceramente não percebi porque é que andavam os funcionários da Câmara Municipal a trabalhar numa obra que supostamente ainda está por conta da empresa que a construiu e, julgo eu, que ainda não foi feita a receção provisória mas, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, irá esclarecer-nos.

Depois temos a entrada da cidade de Oliveira do Hospital, mais precisamente junto da rotunda do Centro de Saúde e a rotunda do Empresário, em que o pavimento apresenta alguma degradação e tampas de saneamento levantadas e dou como sugestão que se reveja isso. Também há outras estradas a precisarem de arranjos e com certeza que o Executivo a seu tempo fará esses arranjos.

Depois temos as obras na Zona Histórica de Oliveira do Hospital, que já decorrem desde agosto do ano passado, com todos os constrangimentos que têm trazido, como todas as obras trazem, e esta obra não é diferente das outras.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, quando é que estará concluída a obra na Zona Histórica de Oliveira do Hospital?

Depois, o Sr. Deputado Ricardo Figueiredo veio aqui dizer que já há uma faixa de gestão de combustível na Zona Industrial, o que é verdade, mas temos muitas outras para se fazerem nas estradas do Concelho e vem aí a data limite

para a limpeza dos terrenos e espero que os Srs. Presidentes de Junta também tenham passado aos seus fregueses essa informação.

Dizer ainda que o percurso entre a rotunda do Empresário e o início da Zona Industrial tem os passeios completamente destruídos e acho que estes passeios mereciam algum arranjo.

Relativamente ao Campus Educativo quero questionar o seguinte: A obra está a andar em boa velocidade e gostava de perguntar se a obra vai estar concluída para o próximo ano letivo e, a estar concluída, e nós sabemos que os acessos à Escola Secundária são um caos à hora de ponta, e esse caos vai triplicar e vamos ter um caos em cima de outro caos.

Depois, sabemos que se aproxima o Verão, e já percebi que alguns Presidentes de Junta estão a preparar as Praias Fluviais. O Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, questionou quem é que regula os caudais, e acho que é importante saber para que não se esteja a arranjar as Parais Fluviais e depois vem a água e leva tudo.

Gostaríamos de saber se está tudo preparado para o início da época balnear?

Depois, gostaria de perguntar como é que está a Zona Industrial da Cordinha? Antes das eleições o Sr. Presidente anunciou duas empresas que se iam instalar na Zona Industrial da Cordinha e gostaríamos que desse informação sobre este assunto.

Depois dizer ao Sr. Deputado Raul Dinis, que falou aqui sobre a história do IC6, que iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que esta estrada seja feita porque o IC6 é uma necessidade para Oliveira do Hospital.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado João Brito, tenho que lhe dar razão sobre o que disse aqui acerca do horário das Sessões da Assembleia Municipal. O Senhor tem toda a razão até porque nem ouvi os Membros da Mesa quando defini a hora das Sessões e o Senhor tem toda a legitimidade em fazer-me a crítica que fez.

Peço desculpa a todos os Deputados mas a alteração do horário não foi por desconsideração.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia que fez a seguinte intervenção:

“O que vou dizer já não é novidade porque sempre defendi que as reuniões da Assembleia Municipal fossem ao sábado.

A minha proposta é que esta Assembleia Municipal delibere, para possibilitar que mais público possa assistir, que as Sessões da Assembleia Municipal passem a ser de novo, como até há quinze anos atrás, ao sábado.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Todos nós quando nos candidatamos aceitamos aquilo que for a decisão da Assembleia Municipal. Esta posição do Sr. Deputado Francisco José Marques Borges Garcia já a conheço há muito tempo. Para os Deputados eleitos pelo Partido Socialista com certeza que é indiferente que as Sessões da Assembleia Municipal sejam ao sábado, sejam à sexta-feira ou sejam à quinta-feira porque há formas para compensarem as entidades patronais e, por isso, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pode marcar o horário que quiser.

Há várias opiniões e os Deputados eleitos pelo Partido Socialista aceitarão o que for decidido por esta Assembleia Municipal.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Sou claramente contra as Sessões iniciarem às nove horas da noite para depois sairmos daqui às sete da manhã como já aconteceu. Acho que a melhor hora é à sexta-feira às dezassete horas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Ontem gostei muito de estar nesta sala porque o que aqui se passou foi um exemplo de pluralismo democrático.

Acho que todos nós, e faz parte também da democracia, temos opiniões diferentes, mas tenho que dizer que o Sr. Deputado João Brito foi um bocadinho longe demais quando disse que os Deputados eleitos pela Coligação nenhum deles trabalha na Câmara Municipal até porque há muitos Deputados eleitos pelo PS que não trabalham na Câmara Municipal e os horários da Assembleia Municipal prejudicam toda a gente e prejudicam ainda mais os trabalhadores independentes, e todos sabemos disto.

Meus amigos, seja qual for a hora, porque nós fomos eleitos pelo povo, e temos que perceber que não podemos ser autarcas só às horas que nos dá jeito.

Temos que ser autarcas vinte e quatro horas por dia e trezentos e sessenta e cinco dias por ano e, por isso, devo dizer-vos que respeito todas as posições que já, aqui, foram tomadas, e entendo que deverá ser uma posição que se puder ser consensualizada é melhor, mas não sejamos só autarcas às horas que nos dá jeito.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar nota do seguinte: Quando entrei na Câmara Municipal, no meu primeiro mandato, a maior parte das Sessões da Assembleia Municipal realizavam-se à sexta-feira, às vinte e uma horas, e chegámos a terminar as Sessões da Assembleia Municipal às cinco da manhã. Nunca defendi que as Sessões da Assembleia Municipal fossem ao sábado até porque os autarcas, no exercício das suas funções, tiram muito tempo às suas famílias. Sou contra a realização das Sessões da Assembleia Municipal ao sábado mas se a maioria dos Deputados aprovar eu respeito a decisão porque aqui estamos em democracia.

Se todos concordarem, proponho que as Sessões da Assembleia Municipal de abril e dezembro sejam realizadas à sexta-feira pelas catorze horas e trinta minutos e todas as outras Sessões sejam realizadas às dezassete horas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Assembleia Municipal já o referiu e eu também quero realçar a realização da Feira do Queijo da Serra da Estrela. É um evento que envolve muito trabalho mas todo esse esforço que é feito, e é bom que se continue a fazer, traz a Oliveira do Hospital muita gente, milhares de pessoas, e a cidade nesse dia transforma-se.

A Feira do Queijo da Serra da Estrela é uma marca de Oliveira do Hospital que traz à cidade um grande afluxo de pessoas e transação de bens. Penso que foi mais um grande momento em Oliveira do Hospital e é preciso realçar isso. Sr. Presidente da Câmara Municipal, acho que o Município, mais uma vez, está de parabéns, e quero também dar uma palavra de agradecimento aos funcionários da Câmara Municipal que preparam todas as estruturas da Feira do Queijo da Serra da Estrela.

Proponho a esta Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes. A Sra. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes foi uma autarca, esteve aqui muitas vezes nesta sala enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vila Pouca da Beira.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“O PSD associa-se à proposta deste Volto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes, foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer uma apreciação do que se passou, aqui, ontem, no dia 25 de Abril de 2024, cinquenta anos depois do 25 de Abril de 1974. Desde logo, e antes de mais nada, dou os parabéns a todos os participantes. Foi efetivamente uma Sessão Solene de elevada qualidade. É verdade que quando saí desta sala ia apreensivo, sobretudo pelas palavras que foram proferidas pelo Sr. Eng.º António Campos, figura reconhecida desta casa e da sua luta pela liberdade, e que teve aqui uma expressão que me marcou. Dizia ele: *“Hoje oferecemos tudo aos jovens, só não lhes oferecemos o amor pela liberdade”*.

Esta frase marcou-me muito e preocupou-me. Devo dizer-vos que, no entanto, ao chegar a casa tive a oportunidade de verificar, nomeadamente pelas televisões, aquilo que foi a mobilização popular em todo o País, nomeadamente em Lisboa, para a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril de 1974. Espero que toda aquela mobilização não tenha sido apenas por uma questão de festejo mas que seja um despertar para a intervenção política e para a defesa do que o 25 de Abril de 1974 significou.

Hoje peço para ouvirem um excerto do poema As portas que Abril abriu de José Carlos Ary dos Santos:

“Era uma vez um País, onde entre o mar e a guerra, vivia o mais infeliz dos povos à beira terra. (...)

Era uma vez um País, onde o pão era contado, onde quem tinha a raiz, tinha o fruto arrecadado, onde quem tinha o dinheiro, tinha o operário algemado. (...)

Um povo que era levado para Angola nos porões, um povo que era tratado com a arma dos patrões, um povo que era obrigado a matar por suas mãos sem saber que um bom soldado nunca fere os seus irmãos.

Ora, passou-se porem, que dentro de um povo escravo, alguém que lhe queria bem, um dia plantou um cravo. (...)

Quem o fez era soldado, homem novo capitão, mas também tinha a seu lado muitos homens na prisão.

Esses que tinham lutado a defender um irmão. (...)

Esses que tinham jurado sobre uma côdea de pão ver o povo libertado do terror da opressão. (...)

Foi então que o povo armado percebeu qual a razão porque o povo despojado lhe punha as armas na mão. (...)

Foi então que Abril abriu as portas da claridade e a nossa gente invadiu a sua própria cidade.

Disse a primeira palavra na madrugada serena um poeta que cantava O Povo É Quem Mais Ordena. (...)

E chegaram à cidade onde os monstros se acoitavam, era a hora da verdade. (...)

Para os homens que lutavam em idas, vindas, esperas, encontros, esquinas e praças, não se pouparam as feras, arrancaram-se as mordanças e o Povo Saiu À Rua com sete pedras na mão e uma pedra de lua no lugar do coração. (...)

Foi esta força viril de antes quebrar que torcer que em 25 de Abril fez Portugal renascer.

E em Lisboa, capital dos novos Mestres de Aviz, o povo de Portugal deu o poder a quem quis. (...)

E se esse poder um dia o quiser roubar alguém não fica na burguesia volta à barriga da mãe, volta à barriga da terra, que em boa hora o pariu, agora ninguém mais cerra as portas que Abril abriu. (...)

Termino dizendo, seguramente com muitos aparentemente contra cada vez mais, mas, se necessário for, contra tudo e contra todos, 25 de Abril, Sempre!”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal há um assunto que gostaria de abordar com clareza, que foi abordado pelo Sr.

Deputado Raul Dinis, e que tem a ver com o IC6: Os Executivos Municipais não devem fazer oposição aos Governos, este Governo PSD/CDS, um governo eleito legitimamente, e com quem a Câmara Municipal e o seu Executivo deve ter as melhores relações e, isso, é fundamental.

Não quero falar sobre a história do IC6 porque o que era importante era que o IC6 estivesse feito para chegarmos mais depressa a Coimbra.

Deixem-me também dar-vos uma nota: Neste momento o processo que esteve encalhado, o processo de adjudicação do projeto, está a ser realizado. É um projeto que ultrapassa um milhão de euros.

Por outro lado posso contar-vos aqui o seguinte: Como sabem, havia uma resolução do Conselho de Ministros, proposta pela Ministra da Coesão, e a verba da construção do IC6 saía do concurso 5G e, antes de eu sair da Assembleia da República, recebi um telefonema do Sr. Presidente das Infraestruturas, e fiquei mais tranquilo, a dizer-me “*Senhor Deputado, fique descansado porque o dinheiro do 5G já chegou às Infraestruturas e já não precisamos da autorização do Ministro das Finanças para lançar o IC6. O que queremos é que o projeto ande o mais depressa possível para lançarmos a obra*”. O Presidente das Infraestruturas continua o mesmo e não vai ser substituído e, por isso, esta parte penso que está resolvida.

Como eu já disse, a oposição ao Governo faz-se na Assembleia da República e não é o Executivo da Câmara Municipal nem esta Assembleia Municipal que fazem oposição ao Governo. O Governo foi eleito democraticamente e devemos ter a melhor relação com este Governo defendendo os interesses do Concelho de Oliveira do Hospital, e é para isso que todos devemos lutar, e também sei que é esta a forma do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do seu Executivo. Devemos criar formas de comunicação, onde o PSD também pode ter participação, para que os interesses do Concelho de Oliveira do Hospital se sobreponham aos interesses partidários.

Acredito que o IC6 vai ser feito e iremos encontrar soluções para outras necessidades que ainda continuamos a ter.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, para responder às questões que foram colocadas:

“Como as tónicas dominantes desta Assembleia Municipal foram as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril eu naturalmente quero começar por associar-me ao Voto de Louvor que foi atribuído a todos aqueles

que emprestaram o seu tempo, a sua energia, a sua criatividade, o seu trabalho, ao longo destes cinquenta anos de poder local democrático.

Quero também saudar todas as iniciativas que têm sido feitas para comemorar o cinquentenário do 25 de Abril e saudar o 25 de Abril de 1974. Saudar todas as iniciativas que são feitas nas Freguesias, no movimento associativo, nas escolas e saudar o facto desta Assembleia Municipal ter optado, e bem, por ter criado uma Comissão Municipal aberta a todos os partidos e também com a integração da sociedade civil. Saudar todos os democratas, saudar esta Assembleia Municipal pelo exemplo que todos, enquanto eleitos e enquanto cidadãos, demos, aqui, nas comemorações do cinquentenário do 25 de Abril. Foi um momento bonito, foi um momento emocionante, cada um expressou em liberdade as suas ideias, foi um momento de elevação. Para além da efeméride e das palavras ditas, o exemplo e a perenidade do exemplo parece-me também um bom caminho. Digo isto a propósito da intenção de colocar aqui uma placa evocativa do cinquentenário do 25 de Abril, seja relativamente às propostas que aqui foi feita para deixar um marco na cidade alusiva ao 25 de Abril.

Depois, relativamente às questões colocadas, dizer o seguinte: Os espaços de lazer, e refiro-me ao Parque do Mandanelho e ao Parque dos Marmelos, que são os dois pulmões verdes da cidade, têm manutenção permanente e podem ser melhorados. Também vos digo que já houve melhorias, nomeadamente no Parque do Mandanelho em que, por exemplo, colocámos um Centro de BTT para valorizar o espaço, e que já foi várias vezes vandalizado.

O Parque dos Marmelos, não é um espaço abandonado, é um espaço multiútil e tem sido utilizado para ações da proteção civil, tem sido usado para ações de educação ambiental, ainda recentemente lá foi apresentado o projeto de compostagem, que foi iniciado no Parque do Mandanelho com a colocação de um compostor comunitário e ações de sensibilização à comunidade, ainda recentemente lá foi lançada a segunda fase do projeto de compostagem “Recolha Bio”, tem sido objeto de várias ações também de dinamização cultural, foram também realizadas as Jornadas Mundiais da Juventude. Brevemente, no dia 5 de maio, vai lá ser feita mais uma iniciativa de cariz religioso e dedicada às celebrações do Papa João Paulo II. Foram realizados vários eventos de diferente natureza e também são feitos vários aniversários, normalmente quando são feitos aniversários solicita-se e envia-se um *mail* para a Câmara Municipal, que é remetido para o Vereador que é responsável pelo espaço, e naturalmente autoriza-se se não colidir com algum

agendamento. Os espaços são utilizados pelos cidadãos, aliás são o pulmão verde e de porta aberta para serem utilizados pelos cidadãos. Os espaços verdes não servem para outra coisa que não seja para serem fruídos para atividades físicas, de lazer, de recreio e de convívio.

A valorização destes espaços é um processo contínuo, assim como o investimento na sua manutenção, apesar de às vezes haver críticas negativas sobre a erva que cresce, o ponto de luz que se avaria, que é danificado ou vandalizado, mas, quando os serviços detetam, prontamente aquilo que fazemos é cuidar do espaço e reorganizar o espaço. O importante é que digam que o Parque dos Marmelos e o Parque do Mandanelho são dois espaços abertos aos cidadãos, abertos à comunidade e abertos a todas as instituições. Foi no Parque do Mandanelho que apresentamos o dispositivo da Proteção Civil, apresentamos ações de sensibilização sobre a floresta e manutenção dos espaços. No Parque Canino foram realizadas acções sobre o bem-estar animal. Portanto, são espaços que são amplamente utilizados e diria que são espaços vivos numa cidade viva e, isso, é que é importante. E, se duvidam da vitalidade e vivacidade da cidade, também vos digo que no fim de semana passado tivemos as Tunas no Parque do Mandanelho, grande vivacidade, e não vi uma cidade morta, vi uma cidade alegre e festiva. E, ontem, vi a cidade cheia de gente alegre e a celebrar o 25 de Abril, vi o Jardim Ribeiro do Amaral cheio de gente, e com crianças de todas as idades, a apreciarem uma tarde cultural, e a breve trecho, com a conclusão das obras no lote A, vamos aqui ficar com um novo centro cívico para não só fazer o Há Festa na Zona Histórica mas outras iniciativas culturais que dinamizem e dêem vida e ponham as pessoas na rua a fruir da cidade e, isso, é que é importante.

De facto foi feita uma operação de limpeza de uma faixa de gestão de combustíveis no perímetro da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, e que ainda não está concluída, e, nesse aspeto, e, em termos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, somos um exemplo na manutenção e na segurança dos espaços de acolhimento empresarial, e vamos continuar esse trabalho. Aliás, em resposta a uma questão colocada, ainda hoje de manhã estivemos a planear as intervenções, seja nas faixas de gestão de combustíveis ou a limpeza das estradas municipais e a intervenção num conjunto de vias secundárias. Estivemos a definir o planeamento e a lançar o procedimento daquilo que é feito com os nossos serviços e do que tem de ser contratualizado.

De acordo com a informação que aqui tenho, foi feita uma operação de limpeza de uma de faixa gestão de combustíveis na Zona Industrial, foram doze

hectares executados pela ADESA e pelas equipas de Sapadores Florestais do Município. Estão em curso a faixa de gestão de combustíveis em torno do Parque de Lazer do Senhor das Almas, são dois hectares, e tudo feito com meios próprios, e está, como disse, neste momento em procedimento a limpeza da zona envolvente ao Ecocentro e ao Canil da Zona Industrial. Também, relativamente às faixas de gestão de combustíveis em torno da rede viária, há a previsão de executar cento e setenta e cinco quilómetros, ente maio e julho, e estivemos hoje de manhã a fazer a planificação desse procedimento através de contratação e de meios próprios. Até ao momento, na beneficiação da rede viária florestal, o trabalho realizado pelas máquinas foram mais de oitenta e três quilómetros, realizados nas Freguesias de maior risco, e obviamente vamos ter que reforçar os meios devido às condições climatéricas dos primeiros quatro meses do ano que, como aqui foi dito, têm provocado o crescimento da vegetação e as intervenções têm que se repetir. Neste momento, para reforço de meios, estamos em fase de contratação de um operador de moto-niveladora e de um operador de trator e em termos operacionais dispomos de uma equipa de Sapadores Florestais, de uma bulldozer, uma moto-niveladora, um trator corta sebes, um trator capinadeira e foi hoje proposto a aquisição de mais um equipamento para reforçar estes meios de intervenção. Sei que todos os Presidentes de Junta têm o cuidado de reivindicar junto do Gabinete de Apoio às Freguesias e junto do Gabinete Técnico Florestal e da Proteção Civil mais presença das máquinas no terreno e pela nossa vontade queremos que os meios estejam sempre no terreno e, por isso, e porque não temos meios suficientes, temos que contratar meios externos para resolver todos esses problemas que aqui foram colocados.

Relativamente à questão colocada relativa ao Café Central dizer o seguinte: O Café Central foi objeto de uma sinalização no âmbito da ITI da CIM, que agora se chama Contrato para o Desenvolvimento e Coesão da Região de Coimbra, e está a ser objeto de um projeto de arquitetura para ser revitalizado, melhorado, ter mais valências e outro nível de utilização, e tem financiamento no âmbito da ITI da CIM. Portanto, estamos a dar vida a esse espaço.

Aproveito também para dizer que há alguma distração relativamente ao fecho dos espaços porque não há nenhum parque fechado. Todos eles estão a ser utilizados, todos eles estão abertos e têm horário de funcionamento, todos eles podem ser utilizados por qualquer organização ou por qualquer cidadão, e nos casos dos aniversários desde que seja solicitado.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa dizer o seguinte: De facto foi feita uma reunião com o Sr. Gestor Regional das Infraestruturas Rodoviárias de Coimbra/Viseu com o objetivo de fazer o diagnóstico das intervenções corretivas a fazer na zona da Venda da Esperança e a colocação de medidas dissuasoras da velocidade, nomeadamente a colocação de semáforos, passadeiras e a hipótese de construção de passeios. Também falámos de outras questões relativas a outros pontos negros da Estrada Nacional 17, e referimo-nos a algumas zonas que estão semaforizadas e que precisam de intervenção e algumas zonas de risco, e refiro-me ao caso da Chamusca da Beira em que foi mais uma vez solicitada a colocação de semaforização naquela zona, mas também medidas que reduzam a sinistralidade e criem mais segurança e reduzam a velocidade no IC6, no troço de Arganil que tem elevada sinistralidade.

O objetivo desta reunião foi essencialmente o pedido da Junta de Freguesia de Lourosa e da União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, onde esteve presente também o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua e o Sr. Eng.º Nuno Gama, e analisámos aquilo que se pode implementar, e é intenção a breve trecho haver um plano de intervenção para aquele espaço, e os custos dessa mesma intervenção.

Foram colocadas várias questões relativas a intervenções de carácter físico, ou seja, obras, seja nos prejuízos resultantes das intempéries, seja nas obras públicas em curso. Relativamente ao Campus Educativo dizer-vos que neste momento está com um investimento de 4,4 milhões de euros, está com 90 % de execução, e, sobre a questão colocada pelo Deputado João Brito, naturalmente que o objetivo é desenvolver a variante sudoeste com a colocação de uma rotunda e os acessos aos Campus Educativo. Obviamente que temos a noção dos constrangimentos que vai gerar em termos de tráfego e toda a aglomeração que já hoje se verifica e que naturalmente com a capacidade que o Campus Educativo vai criar em termos de acolhimento de crianças, e com a tendência que as famílias têm de levar as crianças à escola, aquela zona vai ter uma grande pressão em termos automobilísticos. Portanto, aquilo que vamos fazer numa primeira fase é gerir e temos a intenção e está prevista a criação da primeira fase da variante nordeste com ligação à Zona Industrial. Agradeço-lhe também as indicações relativamente às intervenções junto à rotunda e, dizer, ainda, que tem andado uma equipa na rua a verificar a questão das tampas do saneamento.

Relativamente ao lote A dizer-vos que neste momento está com um investimento de 1,4 milhões de euros, está com 63 % de execução, e prevê-se a sua conclusão em junho.

O Centro Municipal de Proteção Civil tem neste momento um investimento de novecentos e sessenta mil euros, encontra-se concluído, e a breve trecho iremos abri-lo para utilização de todos os agentes da Proteção Civil.

Relativamente aos trabalhos da Casa da Cultura a obra está concluída e será objeto ainda de algumas pinturas e trabalhos de conservação e posso dizer que está a ser concluída a vistoria para a certificação elétrica das instalações.

Em termos de outras obras, no âmbito do PRR, neste momento estão em fase de conclusão as obras do Centro de Acolhimento Temporário de Lagos da Beira, com cento e cinco mil euros de investimento, prevê-se a sua conclusão durante o mês de maio. O Centro de Acolhimento Temporário de Ervedal da Beira, com quatrocentos e cinquenta mil euros de investimento, e prevê-se a sua conclusão em setembro. Os apartamentos de transição nas Seixas da Beira, com um investimento de trezentos e vinte mil euros, e prevê-se a sua conclusão em junho.

Relativamente às intempéries, e no que diz respeito aos Contratos Programa com o Governo, estão executadas as obras na estrada de Travanca de Lagos/Adarnela e o respetivo talude, um investimento de trinta e cinco mil euros. A obra na estrada Avô/Pomares e o talude está concluída, um investimento de cento e quarenta e seis mil euros. Portanto, estão executados cento e oitenta e um mil euros.

A iniciar no imediato a intervenção em Alvôco das Várzeas, Rua das Eiras, Padaria e Quinta da Moura Presa, no valor de cento e vinte mil euros, e que já está adjudicada. Aldeia das Dez tem três intervenções, uma no Goulinho e duas em Aldeia das Dez, são essencialmente muros de contenção, no valor de duzentos e vinte e cinco mil euros, já está adjudicada. No Pinheirinho também já foi adjudicada a demolição de uma habitação devoluta e a construção dos muros na Rua da Fonte. Na Rua do Rossio e na Rua Principal, em Aldeia de Nogueira e Nogueira do Cravo respetivamente, são cento e trinta mil euros de investimento no âmbito do Contrato Programa com o Governo para debelar os prejuízos das intempéries.

Relativamente ao talude da Ponte das Três Entradas, que tem sido uma questão várias vezes levantada pelo Sr. Presidente da Junta da União das

Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, são cento e sessenta mil euros, está com relatório final e irá em breve ser adjudicado.

Todo este conjunto de intervenções totaliza seiscentos e trinta e cinco mil euros.

Em procedimento concursal temos a iluminação do Fórum e Anfiteatro Romano da Bobadela, são cento e cinquenta mil euros de estimativa, estão a ser desenvolvidos os procedimentos concursais.

Quatro projetos em elaboração por gabinetes de especialidade que dizem respeito à marginal de Santo António do Alva, são cento e vinte mil euros de estimativa.

O talude na Rua do Valagão em Penalva de Alva, no valor de quarenta e cinco mil euros. A passagem hidráulica, Pontão da Malhadora, no valor de oitenta mil euros, está em elaboração de projeto.

Rua do Casal, reconstrução do muro, na zona do Senhor dos Aflitos, no valor de cem mil euros.

Ou seja, em procedimento concursal estão, neste momento, trezentos e quarenta e cinco mil euros, no âmbito das intempéries.

Ainda, nos Merujais, na Rua da Capela, no valor de noventa e cinco mil euros, a intervenção corretiva em função da cratera que foi aberta, já foi aberto o procedimento. Ou seja, estamos a falar de quatrocentos e quarenta mil euros em procedimentos concursais.

Tudo junto, estamos a falar em um milhão e setenta e cinco mil euros de obras a fazer já no imediato.

Também há intervenções corretivas na zona norte da Zona Industrial, a assinatura da consignação no valor de quarenta mil euros para desvio de águas pluviais. Um coletor de águas pluviais também na zona do Chão da Bispa. Também um procedimento que está em curso para colocação de railes nas vias do Município no valor de trinta mil euros.

Acho que com este balanço respondo a algumas questões aqui colocadas.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, relativamente ao Caminho da Quinta das Levadas e ao Marco Geodésico são dois assuntos que estão no Gabinete Jurídico para ver que medidas é que podemos tomar, particularmente quanto à mais complexa e que tem a ver com o Caminho da Quinta das Levadas.

O Marco Geodésico suponho que esteja sob a alçada da Direção Geral do Território mas farei um contacto para ver que medidas de proteção podem ser feitas.

Relativamente às questões do saneamento nas ruas referidas pelo Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira é preciso verificar se elas estão no Plano de Investimentos da APdSE-Águas Públicas da Serra da Estrela, e se estiverem no Plano de Investimentos está a ser realizado o projeto de execução e se não estão no Plano de Investimentos elas têm que ser integradas mediante uma proposta do Município de Oliveira do Hospital ao Conselho de Administração das Águas Públicas da Serra da Estrela.

Ainda sobre saneamento dar-vos conta de que fomos informados pelas Águas do Vale do Tejo que será feita obra no reservatório da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, o auto de consignação foi feito no dia 8 de abril de 2024, e chegou anteontem a informação do projeto de execução das ligações técnicas de abastecimento de água a Oliveira do Hospital, o procedimento apresenta um valor base de um milhão e oitocentos mil euros e tem um prazo de execução de setecentos e trinta dias.

Portanto, são também vários investimentos, não da responsabilidade do gestor da baixa, entenda-se Águas Públicas da Serra da Estrela, mas, sim, do fornecedor em alta, as Águas do Vale do Tejo, a quem as Águas Públicas da Serra da Estrela compram a água, e que são também proprietários de algumas das ETAR, como é o caso da ETAR da cidade de Oliveira do Hospital.

Relativamente à colocação dos contentores de resíduos sólidos urbanos aquilo que há a fazer é remeter para a Associação de Municípios do Planalto Beirão a possibilidade de serem recolocados num outro local.

Sobre a manutenção da Estrada Nacional 17 e 230, aquilo que o Eng.º Nuno Gama nos disse é que os procedimentos de limpeza iriam ser desenvolvidos no terceiro trimestre e vamos ver se temos condições para acelerar o processo.

Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, no que diz respeito às obras decorrentes das intempéries já dei conta, e, relativamente à gestão dos caudais dos rios parece-me que há alguém a querer fugir da responsabilidade. A gestão dos caudais tem que ser obrigatoriamente da Agência Portuguesa do Ambiente e sob a égide da

Administração da Região Hidrográfica. Que haja aqui jogo do empurra, é outra coisa!

O gestor público tem que fazer essa gestão com os concessionários e se há descargas quando se ultrapassa o nível de segurança tem que haver informação ao gestor público.

Aquilo a que me disponibilizo é para junto da Administração da Região Hidrográfica, junto do Sr. Diretor Regional, Eng.º Nuno Bravo, para reunirmos e alertar para esta questão da gestão dos caudais.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa sobre a construção do IC6, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já aqui fez o ponto de situação. Dizer só o seguinte: Acredito que a construção do IC6 é irreversível. Fizemos uma reunião com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, foi feita uma reunião com o Sr. Secretário de Estado, Frederico Francisco, foram feitas duas reuniões com o Ministro João Galamba, há a Resolução do Conselho de Ministro e há a alocação de verba para a construção deste IC6, e de outros IC's.

Neste momento o projeto de execução está adjudicado e a empresa tem cerca de um ano para executar o projeto de execução.

Portanto, vamos trabalhar em conjunto e a postura do Município vai ser de diálogo, de cooperação, de disponibilidade para trabalharmos soluções. Há meios financeiros, foram desencadeados procedimentos para a execução do projeto e, agora, é preciso que o projeto seja executado na íntegra e dada a ordem política para ser lançado o concurso público internacional, e que a verba alocada para a execução deste IC6 sustente a mesma obra. Isso, para nós, é o essencial, e é nesse caminho que estamos em diálogo, em cooperação e colocamo-nos do lado das soluções. É esse o nosso caminho, como foi sempre!

Quero associar-me à congratulação pelos bons resultados desportivos do Sampaense basquete e associar-me à congratulação dos cento e dois anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e também parabenizar a revitalização do Festival de Tunas de Oliveira do Hospital, esta boa pareceria entre a União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e o Município de Oliveira do Hospital e também o ressurgir da tradição das tunas na ESTGOH, o que demonstra a vitalidade e força da nossa ESTGOH, que também, agora, vai passar por uma nova fase e novos desafios. Também assinalar, aqui, que no dia 18 de abril, o Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital fez cinquenta anos e, na pessoa do seu fundador, o Sr. Pires, já homenageado por este Município, também

parabenizar o Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital. Desafiava esta Assembleia Municipal a propor um Voto de Louvor para assinalar estes cinquenta anos do Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital, que tem tanto de valioso como de eclético e tanta gente iniciou, e ainda hoje mantém, na prática desportiva e nas atividades de lazer e recreio ao ar livre.

Relativamente à questão colocada sobre os acessos à Zona Industrial pelo Deputado João Brito, a informação que temos, e até confirmada pelo Sr. Vereador Nuno Ribeiro, é que de facto os passeios vão ser requalificados no âmbito de projeto para a criação de uma Ciclovia que está precisamente integrada na ITI da CIM de Coimbra.

Sobre a questão da Zona Industrial da Cordinha é importante dizer que foi triplicada a área e há um pedido de informação prévia para novos investimentos proveniente do norte do País.

Relativamente aos investimentos que lá estavam previstos, os seus promotores redefiniram e reorganizaram as suas prioridades e há alteração dos planos, o que não inviabiliza que mantenhamos os contactos, e da parte do Município de Oliveira do Hospital, fazemos sempre a nossa magistratura de influência, a nossa diplomacia de influência económica para garantir os investimentos.

Relativamente à Feira do Queijo Serra da Estrela dizer-vos que faço minhas as palavras do Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia. Acima de tudo dizer que o sucesso da grande Feira do Queijo Serra da Estrela de Portugal que se realiza em Oliveira do Hospital tem a ver com a qualidade e diversidade dos produtores de queijo, vinhos e todos os produtos locais de qualidade que existem em Oliveira do Hospital, ao volume de produtos exposto e à qualidade. Naturalmente agradecer o empenho que todos os produtores e expositores têm na feira e imaginem a quantidade de pessoas, que não são de Oliveira do Hospital, a quem temos que dizer, não, porque não há capacidade de acolhimento. Também quero reforçar o que foi dito em homenagem e reconhecimento público a todos os trabalhadores da Câmara Municipal que fizeram a montagem e a dinamização da feira nas suas várias componentes, nomeadamente na parte comercial, exposição animal, animação, zona de restauração. Também agradecer a colaboração de todos e particularmente de todas as instituições e todos os grupos que vieram dar vida à grande Feira do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital. É uma aposta clara na imagem de marca de Oliveira do Hospital, na projeção de Oliveira do Hospital no País,

ela é evidente. Até podemos falar no programa da TVI mas, antes do programa de domingo da TVI, há várias horas de televisão em que Oliveira do Hospital é notícia porque acontece, aqui, um grande evento económico. E, como dizia um grande empresário da região, Oliveira do Hospital precisa de grandes eventos com a dimensão e projeção económica da grande Feira do Queijo Serra da Estrela.

Pela análise feita, a Feira do Queijo Serra da Estrela correu bem para os produtores e, isso, é positivo, e eu diria que correu muito bem, tivemos excursões organizadas e grupos de todo o País e há um público fidelizado e temos que ser cada vez mais criativos e inventivos para que a Feira do Queijo Serra da Estrela continue a ser o topo das feiras do Queijo Serra da Estrela de Portugal.

Mais uma vez, quero sublinhar, enfatizar e agradecer a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, a todas as associações que colaboraram, a todos os expositores e a todos os produtores que fazem grande a Feira do Queijo Serra da Estrela. Naturalmente também quero agradecer a todo o Executivo Municipal que ajudou na montagem e conceção da feira e quero dirigir uma particular palavra de apreço ao Gabinete de Comunicação que fez um excelente trabalho na promoção e divulgação da feira, seja nos órgãos de comunicação social, seja a criar momentos de televisão, seja na participação na BTL, seja na participação na FITUR, em Madri. A feira ganhou tamanha dimensão que até na Sexta-feira Santa nos convidaram para ir a Castro Verde e levarmos o nosso Queijo Serra da Estrela, o nosso Borrego, os nossos Vinhos do Dão e foi também uma interessante forma de levar Oliveira do Hospital àquela parte do Alentejo onde começa já praticamente o Algarve. E isto é o reconhecimento da amplitude e do crescimento desta mancha positiva que a grande Feira do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital tem em todo o País.

Associo-me ao Voto de Pesar pelo falecimento da Ex-Presidente de Junta de Freguesia de Vila Pouca da Beira, Sr.^a Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes, e, dizer, ainda, que o Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal e o Executivo também estiveram nas cerimónias fúnebres e atempadamente manifestámos o nosso pesar pelo falecimento da referida autarca, cidadã e dirigente do movimento associativo.

Dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que saudamos o investimento feito em Nogueirinha, no Polidesportivo e nas infraestruturas adjacentes.

Relativamente aos eventos culturais dizer o seguinte: O nosso caminho de facto é fazer eventos itinerantes e o esforço é sempre fazer com que a cultura funcione em rede. É um conceito que fomos fazendo e experimentando em Oliveira do Hospital, hoje a CIM funciona assim, e queremos também formas de cultura na sua pluralidade e diversidade de forma descentralizada.

Saúdo também o processo de classificação da Laje Grande e conte com o Município para prosseguirmos este objetivo.

Relativamente aos Ecopontos que têm vinte anos, teremos que ir vendo os que precisam de substituição. Na terça-feira vai realizar-se a reunião de Assembleia Geral do Planalto Beirão e falarei deste assunto.

Relativamente às intervenções nos caminhos, de facto elas têm que ser reforçadas com os meios da Câmara Municipal, com a contratação de mais gente e mais meios mecânicos, e com a contratação de serviços externos.

Da nossa parte aquilo com o que podem contar é que continuamos empenhados e determinados em responder às necessidades, e, hoje, temos cada vez mais necessidades. Temos felizmente uma boa relação de diálogo para responder às necessidades e às reivindicações dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e fazemos tudo para sermos rápidos e céleres.

Temos, hoje, realidades novas: Temos novas competências na área da educação, que também criam novas pressões nos serviços, quer em termos de gestão, quer em termos de resposta; Temos, hoje, uma realidade completamente nova com a atribuição das novas competências, mas também com as responsabilidades, na área da saúde, onde antes colaborávamos, e, agora, temos a responsabilidade, e diariamente surgem pedidos de intervenção que vão desde obras de conservação, reparações e aquisição de viaturas, para além do natural envolvimento do Município no pagamento de todas as despesas correntes e o envolvimento político do Executivo na atração, acolhimento e incentivo à vinda de profissionais de saúde, e que é um grande desafio para Oliveira do Hospital e, por isso, está na Ordem do Dia desta Sessão da Assembleia Municipal a apreciação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde. Ou seja, precisamos de mais gente a pensar e a ajudar neste processo e, por isso, vamos também reforçar o programa de incentivos à fixação e manutenção de médicos.

O facto de termos a expectativa de começar as obras no Centro de Saúde no próximo verão vai permitir que Oliveira do Hospital esteja na linha da frente na construção da nova vaga de Centros de Saúde e teremos mais capacidade para acolher profissionais de saúde, e é esse o nosso objetivo, é esse o nosso empenho, é essa a nossa energia, e contem connosco com determinação para

todos os dias darmos mais qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos de Oliveira do Hospital, em parceria com as Juntas de Freguesia, os movimentos associativos do Concelho de Oliveira do Hospital e os empresários que geram riqueza.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Vamos passar agora para o Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Executivo Municipal aprovou por unanimidade um protocolo de cedência de direito de superfície de um prédio urbano para a reinstalação da ESTGOH. Este prédio urbano é a antiga Escola do Primeiro Ciclo de Oliveira do Hospital. Dizer-vos também que o Município de Oliveira do Hospital tem um histórico de cedência de direito de superfície de prédios urbanos de sua propriedade para os mais diversos fins, são exemplo as cedências feitas ao Centro Paroquial e Social do Ervedal da Beira, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e ao Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital.

O protocolo a celebrar com o Instituto Politécnico de Coimbra visa a reinstalação da ESTGOH, visando dotar esta Instituição de Ensino Superior de instalações condignas, objetivo que o Município procura atingir há mais de vinte anos. E, por isso, neste momento temos um projeto de arquitetura, há um promotor da candidatura que é o IPC-Instituto Politécnico de Coimbra, com quem temos tido várias reuniões, há um aviso de concurso unicamente para Instituições do Ensino Superior, houve diálogo prévio com a CCDR para apresentarmos esta solução e para que o IPC formalizasse esta candidatura e, agora, há que titular o uso daquele prédio para efeitos da candidatura ao Portugal 2030. É consensual que a Escola Superior fica bem no centro da cidade para aproveitar e alimentar a dinâmica urbana da cidade. Portanto, o caminho é este, é formalizarmos uma candidatura ao Portugal 2030 para a primeira fase das instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. É um objetivo em que todos estamos irmanados, e que é reforçar o potencial desta escola.

Dizer o seguinte: Com a construção da Residência para Estudantes, com o arranque das novas instalações da ESTGOH, fica, aqui, uma aposta clara e firme em cimentar o Ensino Superior em Oliveira do Hospital e dar outras condições de atratividade a esta escola. Acho que é um importante passo para o Ensino Superior no interior de Portugal, é um importante passo para posicionar estrategicamente e dar força e vitalidade à cidade de Oliveira do Hospital e é um importante passo para o Concelho de Oliveira do Hospital. Tudo isto deu trabalho, há muita gente envolvida, e quero agradecer ao anterior Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, hoje, Deputado da Assembleia da República e Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino, agradecer à Sra. Vereadora da Educação, Graça Brito, e a todo o Executivo, agradecer à Sra. Diretora da ESTGOH, particularmente ao Prof. Jorge Conde, pela abertura para esta solução que vai valorizar Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia que fez a seguinte intervenção:

“Para nós, os democratas, os cinquenta anos de Abril são caros e, por isso, sugeria a contratação de um artista plástico para a elaboração de uma obra em Oliveira do Hospital.

Após a noite de 25 de abril de 1974, a noite da Revolução dos Cravos, que levou à queda da ditadura salazarista, vivemos a implantação e crescimento de um regime verdadeiramente democrático.

Sim é verdade, a democracia é o pior dos regimes, com exceção de todos os outros.

Por isso mesmo, ainda bem que terminou nessa noite de Abril, o regime bafiento, opressor, castrador dos mais basilares direitos das pessoas, no qual pensar, era bastante para sofrer horrores às mãos da polícia do regime.

Nesse antigo regime, começava nas escolas portuguesas a segregação social, tínhamos os “pés descalços” de um lado e do outro, os “meninos de bem”, no qual só aos mais ricos era permitido estudar.

E é neste campo, o da educação, que vos quero falar hoje.

Com o 25 de Abril assistimos em Portugal à implementação de políticas de democratização do ensino, tendo sido garantido o acesso mais igualitário à educação com a frequência escolar para todos.

Foram implementadas políticas que visaram garantir que nenhuma criança ou jovem deixaria de ir à escola por questões económicas.

Foram ampliadas as redes de ensino, com a criação de novas escolas e implementadas reformas nos currículos educativos.

Essas medidas tiveram um significativo impacto na sociedade portuguesa, tendo contribuído para a uma melhoria da qualidade educativa, com um enorme aumento dos índices de escolarização que levaram a uma cada vez maior igualdade de oportunidades no acesso à educação.

Sim, a democratização do ensino foi um dos pilares da reconstrução democrática do país, que permitiu aos jovens portugueses terem acesso aos estudos, à educação, à formação, à escola.

E, só assim foi possível proporcionar aos nossos jovens, melhores e mais justas condições de desenvolvimento, necessárias à realização pessoal.

Por tudo isso, e por ser um “bem” essencial para o progresso do país, a educação é uma das principais e mais importantes conquistas de abril, tendo-se consolidado como um direito fundamental.

Oliveira do Hospital não é exceção, também por cá a educação tem vindo a ser algo muito querido ao Poder Local, quando o Partido Socialista está à frente dos destinos do Município.

Começando pelos mais novos, temos um investimento de, em números redondos, 6,5 milhões de euros no Campo Educativo, o maior investimento de sempre em Oliveira do Hospital.

Passando para o Ensino Superior, tem de ser lembrado que, sofreu, em gestões da direita, os maiores ataques à sua existência em Oliveira do Hospital, tendo-se mesmo corrido seriamente o risco de perdermos a ESTGOH na nossa terra.

Mas com a gestão do Partido Socialista, liderada pelo anterior Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, foi conseguido que a ESTGOH continuasse na nossa terra, e continuasse a crescer todos os anos.

Essa manutenção prosseguiu os caminhos da democratização do ensino nesta região do interior, com um maior número de vagas no Ensino Superior.

Sabemos agora que, é com outra gestão Socialista, liderada por José Francisco Rolo que, para além da ESTGOH continuar em Oliveira do Hospital, vai ainda fixar-se no centro da cidade, e não na periferia do centro urbano.

A Câmara Municipal, liderada por este executivo do Partido Socialista, vai ceder a título gratuito, as instalações da Escola Primária de Oliveira do Hospital para que nela se fixem as instalações da ESTGOH. Este protocolo é um acordo tripartido entre o Município de Oliveira do Hospital, o IPC e a direção

da ESTGOH, ou seja, todos os intervenientes querem que esta instituição continue fixada em Oliveira do Hospital.

Temos, pois, claros sinais de que esta instituição, com uma fortíssima intervenção direta e indireta das gestões autárquicas socialistas do Município, veio para ficar e crescer em Oliveira do Hospital. E ainda bem, pois a ESTGOH tem comprovadamente desempenhado um papel fundamental no crescimento e progresso do concelho, e tem contribuído de forma significativa para a formação de uma sociedade mais qualificada e competitiva.

Essa convicção retira-se também do investimento levado a cabo pelo IPC de mais de quatro milhões de euros, na aquisição e remodelação do edifício do antigo Hotel São Paulo, para a criação de uma residência universitária com quase cem camas para estudantes da ESTGOH que necessitem. Mas este empenho dos Executivos Socialistas é histórico, e, por isso, ninguém pode estranhar, foi sempre com o Partido Socialista que a educação, a escola pública sofreu fortes implantações e democratização em Oliveira do Hospital, desde as Escolas Básicas de Lagares e da Cordinha, os transportes escolares gratuitos, as refeições escolares, as bolsas de estudo, etc.

Na educação, como nas restantes matérias, só com o PS é que o Concelho cresce.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Congratulo-me com o empenho do Executivo Municipal e quero aqui registar a consolidação de posições em unanimidade com a Sra. Presidente da ESTGOH e com o Sr. Presidente do IPC porque isso em termos políticos é muito importante. O que vai acontecer em Oliveira do Hospital vai fazer com que não passemos mais aquilo que eu passei em 2010 quando tentaram extinguir a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. A ESTGOH, como sabem, é fundamental para o desenvolvimento económico de Oliveira do Hospital.

Quero dizer-vos que estou muito feliz por ver todas as partes imbuídas no mesmo espírito e, por isso, quero agradecer à Sra. Presidente da ESTGOH e também ao Sr. Presidente do IPC e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 331.264,00 € (trezentos e trinta e um mil duzentos e sessenta e quatro euros) às Freguesias do Município, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta diz respeito às transferências de capital para as Freguesias e já contempla o aumento de 30 % do valor da dotação atribuída às Freguesias. Recordo que na última Assembleia trouxemos o apoio de cento e sessenta mil euros para despesas correntes para as Freguesias e nesta Assembleia estamos a falar na primeira tranche de apoio para despesas de capital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar contra esta proposta pelas razões que vou invocar: Sempre que há um aumento de verbas para as Freguesias eu congratulo-me mas creio que o que está aqui em causa não é o aumento de 30 %, é um modelo que, na minha opinião, está esgotado e acentua, como também já disse aqui outras vezes, a discriminação negativa que as Freguesias mais pequenas sofrem com este modelo. Com o Fundo de Equilíbrio das Freguesias, que é calculado em função da área e das pessoas, as Freguesias mais pequenas já são indevidamente penalizadas e com este modelo utilizado pelo Município estamos a acentuar esse caminho, o que é incorreto.

Colocava aqui duas questões: Se quisermos construir uma Casa Mortuária, sabemos qual é o apoio definido pela Câmara Municipal. Se quisermos construir ou alargar os Cemitérios sabemos qual é o apoio definido pela Câmara Municipal. Há verbas definidas para esse efeito e não percebo porque é que não se cria um Fundo Estrutural onde todas as Freguesias, em pé de igualdade, se candidatam para projetos para as suas Freguesias, sejam eles para infraestruturas, de índole cultural, etc? Creio que isso seria mais justo, mais equitativo e daria possibilidade às Juntas de Freguesia que recebem dez mil euros de candidatarem projetos em valores superiores.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Congratulo-me pelo acréscimo das verbas em 30 % que foi atribuído a cada uma das Freguesias para investimento. Este aumento é justo e a Câmara Municipal também está a sofrer no seu orçamento o acréscimo dos preços, devido à inflação, nas obras que está a executar, e nas Juntas de Freguesia logicamente que não é diferente, e digo isto porque estou a realizar obra, e também já estou a sentir a inflação e o aumento de custos relativamente à verba que tinha previsto para essa obra, e obviamente a verba vai ser superior àquilo que eu tinha perspectivado. Este aumento de 30 % nas verbas das Freguesias vai cobrir de certa forma esses aumentos de preços nas empreitadas.

Esta coisa de nós dizermos que somos todos iguais e que temos de ser tratados de forma igual, isto não existe em parte nenhuma do mundo, nem nunca existiu aqui em Oliveira do Hospital, e, desde 2009, desde o Executivo Presidido pelo José Carlos Alexandrino, que resolveu em colaboração e como resultado de uma conversa consensual com os Presidentes de Junta de Freguesia atribuir esta fórmula para os apoios às Freguesias. Não somos todos iguais porque não há Freguesias iguais. Há efetivamente Freguesias mais pequenas mas também há Freguesias maiores e, por isso, não pode haver nenhum tratamento igual.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Alberto Garcia de Abreu, que tenha paciência, mas, isto, não é como o meu amigo diz, isto não é igual nem pode ter tratamento igual. Podemos discutir se as verbas são suficientes, seja para as Freguesias grandes, ou seja para as Freguesias pequenas, mas um tratamento igual é que não! Nunca ninguém reclamou, desde 2009 até agora, igualdade de tratamento para todas as Freguesias como o meu amigo anda a fazer.

A verba atribuída às Freguesias é suficiente? Se calhar não é! Gostaríamos de ter mais e eu também gostava de ter mais, como o amigo João Abreu gostava de ter mais, mas não vamos tratar as Freguesias por igual porque elas não são iguais, não são iguais em superfície, não são iguais em número de anexas, não são iguais em população e não são iguais em muitas outras coisas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, a medida é boa e gostaríamos de ter mais tarde estes valores melhorados.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Depois do que ouvi aqui, se não fosse o PS não existia Oliveira do Hospital, nem existia Portugal e não existia nada!

O que está aqui em discussão não é o modelo de distribuição mas sim os montantes para apoio às Freguesias e o PSD vai votar, como sempre o fez, favoravelmente e congratulamo-nos com estes montantes.

Relativamente à verba atribuída às Freguesias para a recolha dos lixos, propunha também uma revisão a esses valores, se fosse possível.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“É só para constatar que de facto não somos todos iguais e, se eu tivesse um investimento na minha Freguesia de mais de um milhão de euros, eu também dizia que não éramos todos iguais, porque há umas Freguesias que são diferenciadas porque têm investimentos significativos.

Há aqui uma diferença substancial e quando falo de igualdade falo de equidade, porque a Freguesia de Meruge tem muitos projetos mas tem pouco dinheiro para os executar, tem pouco apoio para os candidatar, e esses projectos não são caprichos do Presidente da Junta mas correspondem a necessidades objectivas da população, e nós vamos lutar sempre e em todo o lado pela sua concretização, e, disso, não tenham dúvidas!

Portanto, tenho todo o direito de ter a minha opinião e penso que este modelo é injusto porque não tem em conta as necessidades concretas das Freguesias pequenas, e que têm menos meios para suprir as dificuldades que têm, e devia haver um elemento diferenciador para que isso pudesse ser suprido.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A questão da fórmula foi de facto criada e já foi debatida no anterior mandato e no Executivo Presidido pelo Prof. José Carlos Alexandrino. Esta fórmula foi a que entendeu a maioria expressiva dos Presidentes de Junta como a mais equilibrada e já no presente mandato discutimos a fórmula e esta é a fórmula mais equilibrada. Eu conheço aqui precessões sobre a fórmula. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo também não concorda com a fórmula porque tem uma Freguesia grande e quer mais verbas. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, que tem uma Freguesia mais pequena, não concorda com a fórmula porque tem menos. Eu conheço porque já discutimos isto aqui. A fórmula é aquela que acabou por se consensualizar ser a mais equilibrada.

Dou outro esclarecimento importante: Sempre que pudermos reforçar o apoio às Freguesias vamos reforçar. Do orçamento da Câmara Municipal houve um reforço de 30 % da dotação a atribuir às Juntas de Freguesia.

Relembrar que as Juntas de Freguesia tiveram 15 % de acréscimo de fundos do Orçamento de Estado, o Município teve 25 % de acréscimo de fundos do Orçamento de Estado, e o Município transferiu para as Juntas de Freguesia mais 30 % de meios financeiros.

Acho que uma gestão prudente e de reforço da confiança e do trabalho das Juntas de Freguesia está aqui claramente assumida.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 331.264,00 € (trezentos e trinta e um mil duzentos e sessenta e quatro euros) às Freguesias do Município, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovada por maioria e com um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 18.000,00 € (dezoito mil euros) às freguesias de Lagares da Beira, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, Travanca de Lagos e a União de Freguesias de Penalva de Alva e S. Sebastião da Feira, à razão de 3.000,00 € (três mil euros) cada, para instalação de “Espaços Cidadão”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Em fevereiro transferimos para as Juntas de Freguesia cento e sessenta mil euros para despesas correntes e, hoje, para despesas de capital, acabámos de aprovar trezentos e trinta e dois mil euros e, agora, um novo projecto a implementar já nestas seis Freguesias, a criação de espaços do cidadão, são mais dezoito mil euros para criar as condições para a instalação imediata dos espaços do cidadão. Foram validados todos esses espaços, foi dada formação pela Agência da Modernização Administrativa a todos os mediadores e coordenadores destes serviços.

Acho que são projectos importantes que aproximam os serviços públicos por via digital dos cidadãos mas tendo o apoio humano. É uma óptima medida que arranca nestas seis Freguesias porque são aquelas que reúnem as condições e as outras Freguesias, há medida que forem validadas as condições pela Agência da Modernização Administrativa, naturalmente serão também implementadas e trazido aqui o respectivo subsídio, o qual está inscrito nas Grandes Opções do Plano que foi aqui aprovado na Assembleia Municipal de dezembro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto III, creio que é de facto uma medida extremamente positiva, é um avanço grande na aproximação dos serviços às populações, no entanto creio que sobre esta matéria ainda há umas zonas opacas, nomeadamente em relação ao pessoal. Como é que depois vai funcionar?

Eu tinha a ideia que tinha sido aprovada uma verba de cinco mil euros para cada Freguesia e agora aparecem três mil euros.

Creio que há um conjunto de situações que era necessário cuidar para que esse serviço, que é um serviço de uma importância extraordinária para a população, possa responder às nossas expectativas, e a questão do pessoal, dos equipamentos, etc, é essencial que seja clarificada para depois cada um de nós poder também gerir as coisas, mas é evidente que me congratulo porque também fizemos tudo para que a Freguesia de Meruge fosse incluída e também considerando a resposta às necessidades da população, nomeadamente para pagar a água, pagar as licenças, etc. Isto é fundamental para a população.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este ponto III, penso que é uma medida bastante positiva e acho que é indispensável que isto aconteça em todas as Freguesias. Agora vão ser contempladas seis Freguesias e é vontade do Executivo que se estenda à totalidade das Freguesias.

Penso que era uma lacuna que existia porque uma grande parte dos cidadãos tem alguma dificuldade em fazer determinado tipo de operações e a ter acesso a determinado tipo de serviços e a instalação do Espaço Cidadão nas

Freguesias vai facilitar a vida aos cidadãos, nomeadamente àqueles com alguma idade e com dificuldades de se deslocarem à sede do Concelho ou outros locais.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Ponto III, os Deputados da coligação não deixam de se congratular porque sempre defendemos a aproximação dos serviços da nossa população. Portanto, esta iniciativa de descentralização dos serviços é congratulada pela nossa parte.

Tenho apenas algumas questões para colocar ao Executivo: No sentido em que temos seis Freguesias apontadas para a abertura destes Espaços Cidadão, são Freguesias que se calhar não sendo aquelas mais prioritárias mas acredito que são aquelas que têm melhores espaços para começar a servir a população.

Recomendamos um esforço mais intenso para que ainda ao longo deste ano se consigam abrir estes Espaços Cidadão nas dezasseis Freguesias.

Acreditamos que aquelas que vão ser abertas são aquelas mais próximas e as Freguesias como Aldeias das Dez, Seixo da Beira, São Gião ou Alvôco das Várzeas também têm esta necessidade e questiono qual foi o critério?

Relativamente à atribuição de três mil euros, qual é a sua finalidade? É unicamente para equipamentos informáticos e técnicos ou também é para suprir outras despesas?

Relativamente às nove Freguesias que faltam, e se calhar serão aquelas que têm maior necessidade de intervenções, questiono se foi feita alguma questão aos Presidentes de Junta para aferir as necessidades dessas Freguesias?

Perguntar ainda se os três mil euros são suficientes, porque se forem necessárias intervenções certamente que os três mil euros não serão suficientes?

Por último questionar qual será o horário de atendimento, uma vez que acredito que não será o horário contínuo porque exigiria mais funcionários?

Fazemos o repto para que se faça um esforço mais intenso para que ainda este ano sejam abertos todos os Espaços Cidadão que o Concelho de Oliveira do Hospital precisa e os nossos Municípios merecem.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estou particularmente satisfeito com esta medida e irei votar favoravelmente.

Ao longo dos anos do meu percurso civil e político amador tenho-me deparado com esta dificuldade perante os cidadãos. Os Presidentes de Junta e Membros dos Órgãos da Freguesia conhecem perfeitamente as populações e as necessidades que as populações sentem. Ao longo destes anos tenho feito já este serviço nas Junta de Freguesia, nomeadamente com a renovação de cartas de condução, no portal do IMTT, marcação de consulta, no portal da Saúde, preenchimento das declarações de IRS, no portal das Finança, e faço isto com todo o gosto.

Estou muito satisfeito e muito feliz com esta medida que vem ajudar e promover a proximidade dos serviços públicos às populações, nomeadamente aos mais vulneráveis.

Tivemos que criar condições para o Espaço Cidadão, nomeadamente a adaptação de uma sala, investir em equipamento para pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida, adquirimos equipamento e mobiliário.

Salientar que o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo têm a noção perfeita que as Juntas de Freguesia têm enorme proximidade com as suas populações e estamos muito felizes com a criação deste Espaço Cidadão.

Esta é também uma das formas de contribuição para o desenvolvimento das nossas Freguesias e também de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente a este Ponto III vinha com a ideia de me abster porque na reunião que tivemos para conhecer o projeto dos Espaço Cidadão estava convencido que a minha Freguesia seria uma das seis e infelizmente não somos, mas devido à explicação que deu iremos aguardar que a nossa vez chegue.

Na Junta de Freguesia fazemos todo este trabalho de proximidade com os cidadãos, inclusivamente fazemos o pagamento da água, e tentamos fazer o máximo que é possível para criar melhores condições para os nossos fregueses e para beneficiar quem vive na nossa Freguesia e quem vive no nosso Concelho.

Portanto, vou votar favoravelmente, evidentemente na expectativa que a curto prazo consigamos a candidatura que tanto desejamos para criar condições

na nossa Freguesia para as pessoas com mobilidade reduzida e criar o Espaço Cidadão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, dizer que somos por natureza insatisfeitos e nunca nos conformamos com as verbas que recebemos e achamos sempre pouco mas há outras Juntas de Freguesia no País que gerem as suas Juntas só com o orçamento que vem da DGAL. Aqui somos uns felizardos e posso dizer-vos que este ano tivemos o maior Orçamento da Junta de Freguesia de Lourosa, e tivemos mais de 80 % de execução, e temos capacidade para fazer investimento, coisa que não tínhamos no passado.

Dizer também que não estou satisfeito, e também queremos mais, e hoje temos uma realidade muito diferente daquela que vivíamos há uns anos. Dizer também que a Freguesia de Lourosa tem treze lugares e para gerir todos estes lugares não é uma tarefa muito fácil.

Relativamente ao Espaço Cidadão dizer o seguinte: Em 2019 fizemos obras de remodelação da Junta de Freguesia e, na altura, criámos a rampa de acesso para deficientes, criámos as casas de banho para deficientes e criámos um conjunto de mais-valias, e no nosso entendimento era ter a breve trecho uma pessoa a tempo inteiro. Recordo também que desde janeiro temos uma Funcionária Administrativa que veio fazer esta formação promovida pela Agencia da Modernização Administrativa.

Logicamente que nos congratulamos por sermos uma das seis Freguesias que reunia as condições para passarmos a ter esta mais-valia que é o Espaço Cidadão. Este projeto é muito bem-vindo e vai dar um grande apoio às nossas populações, nomeadamente àquelas que estão mais isoladas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que as respostas às perguntas colocadas foram dadas pelos Srs. Presidentes de Junta.

Só dar dois tópicos essenciais: Parte da verba, dos trezentos e trinta e um mil euros, das despesas de capital, que hoje foi aprovada, pode ser aplicada na

criação das condições físicas que a AMA-Agência para a Modernização Administrativa valida e verifica para instalação de Espaços Cidadão.

O apoio é de três mil euros e estão inscritos cinquenta mil euros nas GOP, para dividir pelas quinze Freguesias porque há um Espaço Cidadão em Oliveira do Hospital e que funciona aqui nos Paços do Município.

O Espaço Cidadão em Oliveira do Hospital tem sido um sucesso, tem cerca de duas mil utilizações, o que é ótimo, tem sido muito eficaz nessa proximidade.

Saudar também a preparação e disponibilidade dos técnicos para aprender com a AMA.

Dizer também que as Juntas de Freguesia têm que se ajustar aos horários mais eficazes de atendimento e que os três mil euros são para equipamento, mobiliário, sinalética e condições de segurança dentro do edifício, particularmente para pessoas com mobilidade condicionada.

Dizer ainda o seguinte: Todos os Espaços Cidadão têm que ser acessíveis para todos os cidadãos independentemente da sua condição.

Este é um projeto no domínio da transição digital e que é o projeto ideal. É o projeto que aproxima os serviços públicos dos cidadãos sem perder a face humana e, por isso, é que há formação de um funcionário que faz a intermediação entre as necessidades exatas e concretas do cidadão e o sistema informático onde é desenvolvida a ação, e o cidadão obtém o documento ou obtém a resposta necessária.

Acho que é um projeto que vai valorizar cada uma das Freguesias e os cidadãos ficarão todos com melhores condições.

Estes seis Espaços Cidadão foram aqueles que reúnem as condições e os outros são todos para implementar.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Este projeto é uma grande conquista para o Concelho, e eu já utilizei os serviços do Espaço Cidadão e fui atendido rapidamente e fiquei muito contente com a qualidade do serviço.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que, desde 2001, a Junta de Freguesia de Meruge tem um serviço de proximidade, está aberta diariamente, todos os dias úteis, prestando

serviço à população até porque temos um protocolo com os CTT e o Espaço Cidadão vem acrescentar serviços. E, como é conhecido, nós tiramos do nosso pequeno orçamento para termos um funcionário a tempo inteiro que responda às necessidades da população. Quanto mais próximo estiverem estes serviços mais qualidade de vida damos à população.

Quero dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que cada um sabe de si, e cada um sabe das suas necessidades, e eu conheço as necessidades da minha Freguesia profundamente e sei que este modelo não responde à satisfação dessas necessidades.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de 18.000,00 € (dezoito mil euros) às freguesias de Lagares da Beira, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, Travanca de Lagos e a União de Freguesias de Penalva de Alva e S. Sebastião da Feira, à razão de 3.000,00 € (três mil euros) cada, para instalação de “Espaços Cidadão”, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta de alteração ao “Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Regulamento tem algumas atualizações e clarificações essencialmente para que possa chegar a mais profissionais de saúde.

Alargámos o perímetro de beneficiários, para garantir mais capacidade de captação de médicos, e clarificámos algumas questões, nomeadamente o agilizar do processo de decisão.

Este Regulamento é mais um mecanismo de investimento do Município de Oliveira do Hospital para atrair e fixar médicos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e nas nossas Extensões de Saúde.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“A minha opinião já é conhecida e, agora, quero reiterar essa opinião: Acho que o Município de Oliveira do Hospital faz o seu papel político para que amanhã não seja acusado de não ter feito nada.

O Município está a criar um conjunto de mecanismos que sejam um incentivo à vinda de médicos mas quero dizer e reiterar que isto não resolve nada, e cria uma discussão brutal, porque os Municípios ricos têm mais capacidade para oferecer condições aos médicos do que Oliveira do Hospital.

Têm que haver medidas concretas do Governo, e o Partido Socialista teve oportunidade de o fazer, para obrigar os médicos a virem para a periferia. Isso, sim, é uma medida justíssima e igual para todo o País.

Portanto, neste Ponto IV vou-me abster, e compreendo a posição do Executivo mas, isto, não vai resolver problema nenhum.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Vamos votar favoravelmente.

Dizer ainda que percebemos que os valores que aqui se definem são curtos, e sabemos que em Coimbra os médicos têm facilidade de fazer este trabalho que nós queríamos que viessem fazer para Oliveira do Hospital. Contudo, se subirem os valores mais facilmente se consegue atrair médicos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta questão, se olharmos para esta iniciativa do Município como uma situação isolada na tentativa de captar a vinda de novos médicos para o Concelho, obviamente que é uma situação que não dará em princípio em nada. Agora, a verdade é que temos que ir um pouco mais longe. Temos que pensar que esta proposta que aqui está de alteração do apoio à fixação de médicos no Concelho faz parte de um grupo de outras propostas e de um grupo de outras acções e deverá ser integrada nessas mesmas acções. Já aqui foi dito que a questão das obras no Centro de Saúde e a requalificação do Centro de Saúde dotando-o de instalações condignas que permitam, por exemplo, que se venham a instalar médicos a internar é fundamental, e é fundamental também fazer uma opção pela tentativa de dotar o Centro de Saúde com meios de diagnóstico necessários para que se torne atraente para um médico,

nomeadamente um médico em início de carreira, para vir para aqui fazer o seu internato e para poder prestar os serviços de primeira linha à população de Oliveira do Hospital.

Portanto, integrando tudo isto num quadro maior do que o simples apoio que está aqui a ser discutido, acho que faz sentido e que é mais um elemento.

Se me perguntarem, se é este o elemento diferenciador, se calhar, não, mas, na soma, se calhar é diferenciador.

Poderemos ainda dizer o seguinte: Hoje, Oliveira do Hospital terá cerca de nove mil utentes no Centro de Saúde, e cerca de metade da população do Concelho estará sem médico de família mas aquilo que não se pode dizer é que o Município não tenha feito tudo para evitar que isto aconteça e para tentar dotar o Concelho com o número de médicos necessários, e não nos podemos esquecer que, no passado, em vez dos nove mil eram dezasseis mil utentes, e a verdade é que é uma luta contínua.

A aprovação destas alterações ao regulamento de apoio à fixação de médicos é mais um passo e creio que, com todos eles juntos, se poderá efectivamente chegar a bom porto e, como é óbvio, irei votar favoravelmente esta proposta.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta de alteração ao “Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital”, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos no disposto do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta de “Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital”.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos no disposto do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua

atual redação, da proposta de “Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital”, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto V- a) - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para representação das Freguesias do Município, nos termos e para os efeitos no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Fizemos um acordo entre os dois partidos, o PS e o PSD, para apresentarmos uma lista única. O PS apresenta como efectivo, José Manuel Matias da Cruz, Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e o PSD apresenta como suplente, Cátia Sofia da Cruz Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Nos termos do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital não existe suplente e, por isso, votamos só o Presidente de Junta de Freguesia que foi proposto como efectivo.

A proposta apresentada é designada por Lista A e o representante das Freguesias no Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital é o Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, José Manuel Matias da Cruz.”

Efetuada a votação por escrutínio secreto, foi eleito como representante das Freguesias no Conselho Municipal de Saúde de Oliveira do Hospital, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, José Manuel Matias da Cruz, com 30 votos a favor e 1 abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), da proposta de segundo aditamento à atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos Trabalhadores Integrados na Carreira Geral de Assistente Operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Uma vez que esta Assistente Operacional entrou agora para os quadros da Câmara Municipal e as suas tarefas estão sujeitas a actividades passíveis de apoio no âmbito do suplemento de insalubridade e penosidade, e após verificação pelo Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal que ela seja integrada no mapa de beneficiários desse suplemento.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), da proposta de segundo aditamento à atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos Trabalhadores Integrados na Carreira Geral de Assistente Operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira., que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Prestação de Contas do Ano de 2023, constituídas pelo Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Demonstrações Orçamentais.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos documentos de prestação de contas dizer-vos o seguinte: O ano de dois mil e vinte e três é um exercício marcado por grandes investimentos do Município de Oliveira do Hospital e vários apoios na forma de subsídio de diversa ordem. É também um exercício marcado pela execução das obras com co-financiamento comunitário, um exercício marcado pela participação financeira e execução de contratos programa com o Governo e outras entidades, é um exercício marcado pelo impacto brutal do Regime Jurídico da Revisão Extraordinária de Preços, que já vinha de 2022, para além da habitual revisão ordinária de preços prevista no Código dos Contratos Públicos.

Dizer, ainda, que tem também um impacto assinalável na prestação de contas o aumento dos custos da fatura de energia, seja da iluminação pública,

seja dos edifícios municipais, um aumento dos custos da fatura da rede de transportes com a assunção de compromissos plurianuais, o pagamento de obrigações de serviços públicos às transportadoras, mais os custos de transportes diretos com a rede de manutenção dos transportes colectivos, ou seja, a comparticipação no tarifário, o aumento dos custos de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Naturalmente marcado pelo impacto da transferência de competências especialmente nas áreas da educação e da ação social, com o cumprimento integral dos nossos compromissos com as Juntas e Uniões de Freguesia mas também na protecção aos cidadãos em situação de vulnerabilidade económica e de saúde, no cumprimento dos nossos compromissos com os Bombeiros Voluntários e a Protecção Civil e vou dar apenas dois indicadores, temos seis equipas de intervenção permanente com trinta homens, que tem um custo de duzentos e trinta mil euros, mais o apoio na aquisição de viaturas para os nossos Bombeiros Voluntários, mas também cumprimos reforçadamente o investimento no dinamismo do Concelho de Oliveira do Hospital expresso no associativismo, no desporto, na cultura, na juventude, no recreio e no lazer.

O ano de dois mil e vinte e três foi um ano com o maior investimento de sempre e um orçamento que é claramente redistributivo e eu diria que chegámos a todas as áreas.

Quanto às contas, o ano de dois mil e vinte e três, sendo um exercício marcado por ser um ano exigente em termos do controle da despesa, por causa do impacto financeiro negativo da transferência de competências nas áreas da educação e ação social, recordo que a saúde só ficou sobre a nossa responsabilidade a partir do dia um de janeiro, e por causa do impacto negativo também do Regime Jurídico da Revisão Extraordinária de Preços, que vigorou entre 2022 e 2023. Ainda, assim, este ano de 2023 foi um ano que, em termos de execução orçamental, tivemos a capacidade de obter a maior receita de sempre, 26,5 milhões de euros, com uma execução dessa receita de 88,2 %, de acordo com o programado no orçamento, foi feito o maior investimento que há memória, com 9,4 milhões de euros, com uma execução da despesa de 80 %, o saldo de gerência foi de 2,5 milhões de euros, inferior ao saldo de gerência de 2022 de 4,7 milhões euros, mas depois do referido volume de investimento de 9,4 milhões de euros era previsível.

Aliás, disse, aqui, no ano passado, na apresentação das contas, quando foram feitas apreciações sobre o saldo de gerência, na altura de 4,7 milhões de

euros, eu disse que no próximo ano estaremos, aqui, a apresentar um saldo de gerência manifestamente maior porque houve uma aceleração do investimento.

O equilíbrio orçamental foi de 1,6 milhões de euros, ou seja, mais meios libertos de despesas correntes para investimento.

Quanto à análise financeira, foi o ano em que mais recebemos financiamento dos projectos co-financiados por fundos comunitários e contratos programa, ao todo são 4,8 milhões de euros, mais 65 % face ao ano de 2022.

Esta é também a demonstração da capacidade de concretização do Executivo, mais captação de fundos comunitários essencialmente, e também assinalar um ligeiro resultado líquido negativo de 0,8 %, cento e trinta e cinco mil euros, justificável e em resultado do aumento dos gastos com pessoal, esse aumento é no valor de quatrocentos e setenta e oito mil euros. Portanto, aumento da massa salarial resultante da valorização das carreiras porque o Orçamento de Estado para 2023 permitiu essa valorização das carreiras, o que também proporcionou e aumentou os valores remuneratórios e valorizou o conjunto das carreiras da função pública incluindo naturalmente as carreiras dos funcionários municipais.

O aumento exponencial dos juros, e para termos uma ideia, o município pagou de juros entre 2007 e 2022, ou seja, nos últimos quinze anos, e 2007 porque é a data do primeiro empréstimo ainda em vigor, e entre 2007 e 2022 o município pagou cento e oito mil euros de juros e só em 2023 o município pagou cento e catorze mil euros em resultado das alterações das taxas de juro.

No lado da receita, a redução do IMT em cento e seis mil euros.

Estas três parcelas representam seiscentos e oitenta e sete mil euros e com este valor teríamos um resultado líquido positivo de quinhentos e cinquenta e dois mil euros caso não se verificassem estas circunstâncias.

Ainda, assim, reforçámos os apoios financeiros e de outra ordem às Freguesias e Uniões de Freguesias, reforçámos os apoios às associações culturais, desportivas e de juventude, reforçámos o apoio aos Bombeiros Voluntários e aos Serviços Municipais de Protecção Civil e estamos claramente conscientes do rigor da gestão que estamos a fazer e estes números indicativos falam por si.

Outras questões que queiram colocar, naturalmente que estou disponível para responder.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto VII quero questionar apenas o seguinte: O Sr. Presidente referiu aqui uma série de constrangimentos referentes aos vários aumentos e a única coisa que eu retiro daqui foi que sobrou dinheiro. Sobraram três milhões e quinhentos mil euros. Desses três milhões e quinhentos mil euros, dois milhões e quinhentos mil euros têm a ver com resultados da execução orçamental, ou seja, dinheiro que estava no orçamento para ser gasto possivelmente em obras ou outras coisas que não foram gastos, e lembrar que a percentagem de execução das GOP, até agora, anda nos 9 %, e já estou a perspectivar o que é que vai acontecer em 2024.

Portanto, aqui é que se vê a capacidade de gestão, ou seja, não houve capacidade e as obras atrasaram, ouvi falar que subiu isto e aquilo e era mais um motivo para não ter sobrado este dinheiro, o que é certo é que há dois milhões e quinhentos mil euros que resultam da execução orçamental, ou da falta dela.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Queria aqui referir duas ou três situações que influenciaram claramente a Execução Orçamental de 2023: A inflação, os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, o aumento das taxas de juro e a instabilidade. Isto não é só em Portugal é também pela Europa e é claro que se reflecte aqui em Oliveira do Hospital.

Referir também as revisões extraordinárias dos preços e referir que há mais competências e há mais despesas. Não nos podemos esquecer que assumimos as competências nas áreas da saúde, da educação e da ação social e as verbas que recebemos não são suficientes para o conjunto das despesas que temos.

O Deputado João Brito falou na Execução Orçamental de 2024 e não de 2023. Se falarmos em 2023, nós temos uma Execução Orçamental de 88,2 % em termos da receita e em termos de despesas de capital de 71 % e acho que se compararmos com outras Câmaras é uma Execução Orçamental muito boa.

Em termos de equilíbrio orçamental o Sr. Presidente já referiu que há aqui 1,6 milhões de euros o que também é bom.

Em termos de investimento, que é o que vêm todos os dias na rua nas grandes obras, só nos últimos quatro anos temos 16,5 milhões de euros, em 2020, 18,3 milhões de euros, em 2021, 19,4 milhões de euros, em 2022, e um salto quantitativo para 24 milhões, em 2023. Está aqui um salto muito significativo em termos de investimento.

O resultado orçamental diminuiu ligeiramente, é de 2,5 milhões de euros, e penso que o Sr. Presidente falará porque é que esta verba existe e não foi gasta. Se apresentássemos um valor mais baixo diriam que tinham gasto e não tinham reservas para o ano seguinte mas nós também já estivemos na oposição e também já fizemos essa parte.

Tivemos, em termos de resultado líquido negativo, cento e trinta e cinco mil euros, e gostava que olhassem para os Concelhos vizinhos e até para o Concelho da capital do Distrito e falamos num resultado negativo de 16,4 milhões de euros. Pensem um bocado nisto!

Os rendimentos também aumentaram e também já foi referido o grande gasto que houve com o pessoal e foram quase meio milhão de euros a mais em despesas com o pessoal porque os nossos trabalhadores estão a ganhar melhor, e ainda bem, para poderem suportar o custo de vida.

Aumentámos também as amortizações e diminuímos os encargos com os empréstimos.

Preocupa-me o que foi anunciado pelo Governo, que ia baixar o IMI, IUC e o IMT, e isto é uma fonte de receita grande do Município e onde é que os Municípios vão busca receita? Deixo-vos esta preocupação.

Realçar que houve uma gestão criteriosa no ano de 2023.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho a mínima dúvida que as contas estão certas e que há uma gestão 100 % honesta nesta Câmara Municipal.

Da análise que fiz aos documentos quero dizer o seguinte: Creio que há algumas distorções que precisávamos de corrigir em benefício de uma distribuição mais equitativa e também para resposta a questões mais prioritárias.

Ouvi as congratulações com a Feira do Queijo, etc, mas se formos a ver nas entrelinhas o investimento que é feito nessa feira, o Sr. Presidente disse que o retorno era de cerca de dois milhões de euros, mas o investimento municipal é extraordinário, eu diria que é uma brutalidade! Mas o que me preocupa é quando venho junto da Câmara Municipal para pedir um bocadinho mais de apoio há sempre muitas dificuldades.

Depois, também há outras questões que vou abreviar, como, por exemplo, o apoio aos clubes desportivos, e eu não estou contra o apoio aos clubes desportivos mas estou chocado com o volume do apoio, e não estão aqui os clubes do INATEL. São trezentos e cinquenta e quatro mil euros, o que é muito

dinheiro! E nós estamos, aqui, a discutir e a regatear a verba de dez mil euros para as Juntas de Freguesia, e acho que isto não é justo.

E o mesmo para os Bombeiros, porque os Bombeiros, sem o apoio às viaturas, receberam trezentos e oitenta e oito mil euros, e isto é significativo, e, depois, vemos o que é distribuído pelas outras associações e coletividades e o valor não é muito menor. Eu defendo e aprovo o apoio aos Bombeiros mas tem que haver outra equidade.

Também questionar sobre os critérios de atribuição de subsídios às coletividades porque, tirando a Tuna e Cantares, nenhuma das outras coletividades da Freguesia de Meruge recebeu apoio, e havendo um conjunto de associações que receberam apoios, nomeadamente associações de jovens.

Creio que tem que haver uma distribuição mais equitativa dos dinheiros.

Era importante que o Município definisse se está a pensar em apoiar as IPSS que têm projetos, no âmbito do PARES, para construir os seus lares, porque creio que é fundamental que essas IPSS saibam com o que podem contar, e nós também precisamos de saber porque vamos ter que recorrer a empréstimos bancários, e quanto mais tarde se pedir, e menos se pedir, melhor será para as instituições, e, nessa conformidade, é importante saber qual é o apoio que a Câmara Municipal vai dar.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Hoje, estamos em dia de homenagem, e eu gostaria de homenagear uma pessoa que exerceu funções nesta casa até há relativamente pouco tempo, e curiosamente na da Bancada do PSD, e chama-se José Esteves. Esta homenagem é por uma razão muito simples: O Sr. José Esteves era uma pessoa que, sendo do PSD, chegava, aqui, e olhava para as contas, e fazia uma análise correta, coerente, intelectualmente verdadeira. E não vinha dizer, só porque sim, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não percebe nada disto, e a sua Vereação é uma nulidade, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal nem sequer consegue gastar o dinheiro que tem para gastar, o que não deixa de ser extraordinário, porque curiosamente em 2009 não se tratava apenas de cifras contabilísticas mas eram quase quatro milhões de euros que efetivamente não foram conseguidos gastar, e todos nos lembramos disso.

O Sr. José Esteves chegava aqui e era intelectualmente sério no que diz respeito à análise das contas, e eu gosto de pessoas assim, e quero homenageá-

lo. Também não estava à espera de ouvir de nenhum elemento do PSD a louvar os méritos deste orçamento.

Até fiquei um pouco perturbado porque ninguém falou nas sucessivas retificações ao orçamento, e as taxas de execução são estas porque se retificou o orçamento, e ninguém referiu, por exemplo, que neste ano de 2023 a Câmara Municipal investiu, para o bem-estar dos Oliveirenses, cerca de 9,5 milhões de euros, a maior verba de sempre.

Aliás, é curioso, e já o disse em outros fóruns, o PSD descobriu há muito pouco tempo, parece-me que a partir do dia 10 de março, que havia guerra na Ucrânia e que havia um problema gravíssimo no Médio Oriente, e que havia uma instabilidade entre os Estados Unidos e a China, e que eventualmente no conflito do Médio Oriente poderá também meter-se o Irão, agora é que foi descoberto isso. Ninguém se apercebeu que, por exemplo, tivemos os incêndios, tivemos covid, tivemos intempéries, tivemos revisões extraordinárias de preços, como se fossem coisas perfeitamente inócuas.

Nós temos um orçamento de despesa na ordem dos vinte e quatro milhões de euros e, desses vinte e quatro milhões de euros, três milhões de euros, mais de 10 % foram gastos em revisões extraordinárias de preços, e ninguém se apercebeu e, depois, vêm dizer que o Presidente não é capaz de gastar dinheiro!

De facto as coisas têm que ser pensadas e ditas: 9,5 milhões de euros para investimento, mais de oitocentos mil euros em apoios ao desporto, à cultura e ao recreativo, etc. Não vale a pena falar muito porque as contas são claríssimas.

Dizer ainda que esta Câmara Municipal conseguiu abater cerca de quinhentos mil euros nas dívidas bancárias.

Não se é capaz de dizer que a Câmara Municipal teve uma atuação criteriosa, não se é capaz de dizer que a Câmara Municipal teve capacidade de captar investimentos.

Portanto, meus amigos, para vocês é muito difícil dizer que de facto este Executivo fez um bom trabalho do ponto de vista orçamental e do ponto de vista da gestão económica e financeira do Município mas, para mim não é difícil, e, por isso, dou os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e à sua Vereação, e conte com o meu voto na aprovação das contas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos resíduos sólidos urbanos dizer o seguinte: A fatura efetivamente aumentou e não é integralmente coberta pelo tarifário que é

cobrado aos cidadãos. A Câmara Municipal através do seu orçamento comparticipa para que o cidadão não pague o custo direto e vamos ver o que é que o futuro reserva em nova legislação para reduzir a produção de resíduos sólidos urbanos a encaminhar para aterro.

Estas contas também espelham uma gestão prudente, até porque eu sou uma pessoa prudente, e também tenho que ser prudente na gestão da coisa pública, particularmente na gestão desta casa, que não é minha, porque, com o meu dinheiro, eu faço o que quero, mas, com o dinheiro dos contribuintes, que me foi confiado a mim e ao meu Executivo, tenho que fazer uma gestão cautelosa devido à inflação.

É um facto que a receita aumentou, com destaque para o aumento de 65 % reativamente à angariação de Fundos Comunitários, e isto que dizer que investimos mais e, por isso, fomos buscar mais Fundos Comunitários e, por isso, baixou o saldo de gerência, que no ano passado foi de 4,7 milhões de euros e este ano foi de 2,5 milhões de euros.

Agora, há uma verdade, houve um esforço de maximizar investimento que estivesse ligado a investimento comunitário para captar receita.

Para concluir, diria assim: As contas até estão boas e esta evidência é boa para o Município de Oliveira do Hospital.

Quero agradecer a todos os funcionários do Município, a todos os funcionários do Município que trabalharam nas candidaturas e nos projetos, a todos os funcionários que estão nos serviços técnicos, a todos os funcionários que estão nos setores das obras, a todos os assistentes técnicos, a todos os assistentes operacionais, aos novos funcionários que vieram da área da educação, e que são cento e dezassete, a todos aqueles que colaboram connosco da ação social e, agora, na saúde, pelo contributo sério e empenhado para termos este bom resultado de saldo de gerência de 2,5 milhões de euros. Este bom resultado, não é bom para mim, é bom para o Município, porque nos dá alavanca para prosseguirmos e balanço para fazermos um grande investimento ao longo de 2024. Mau, seria, se tivéssemos contas zero, mas temos um saldo de gerência de 2,5 milhões de euros e, isto, quer dizer que temos “pedalada para andar”, e não se esqueçam que para acedermos aos Fundos Comunitários é preciso dinheiro para fazer projetos, é preciso dinheiro para as consultorias técnicas, e para as acedermos aos Fundos Comunitários primeiro temos que pagar e só depois é que somos reembolsados e, se não tivermos uma boa base simplesmente não conseguimos executar. Eu quero que o Município de Oliveira do Hospital continue a executar muito, continue a fazer muitas candidaturas e

tenha condições para as executar, e continue a receber prémios de gestão e prémios de execução. É esse o nosso caminho e é por aí que vamos continuar.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero também dar os parabéns ao Executivo porque apresentou boas contas e é importantíssimo continuar no mesmo caminho.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da Prestação de Contas do Ano de 2023, constituídas pelo Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Demonstrações Orçamentais., que foi aprovado por maioria, com 7 abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Município de Oliveira do Hospital do Ano de 2023.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Município de Oliveira do Hospital do Ano de 2023, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano, ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2024.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Ponto IX diz respeito à aplicação do saldo de gerência. Basicamente é alocar a despesas de capital e a despesas correntes o saldo de gerência.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1

do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano, ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2024, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segunda Secretária)
